

JUIZ DE FORA

Zona da Mata celebra os 60 anos da Amagis

Renata Caldeira/TJMG



Estudo jurídico e lançamento de revistas científica e cultural marcaram a comemoração

Em uma noite que resgatou a história do associativismo mineiro, os magistrados da Zona da Mata celebraram, em Juiz de Fora, no dia 23 de abril, os 60 anos da Amagis, durante o I Ciclo de Estudos do Novo Código de Processo Civil sobre as alterações feitas no CPC. O evento ainda foi coroado pelo lançamento das revistas MagisCultura e Amagis Jurídica, e por uma confraternização animada pelo humorista Carlos Nunes e pelo conjunto musical Henrique Jota e Cia.

Páginas 12 e 13

NOVO ESTATUTO

Comissão estuda sugestões de juízes

As primeiras sugestões para o Novo Estatuto da Magistratura já estão sendo analisadas pela Comissão da Amagis, criada com o objetivo de ampliar o debate com os juízes de todo o Estado. O texto do anteprojeto, encaminhado aos ministros do STF, está disponível para consulta no site da Associação (amagis.com.br). Os magistrados podem enviar suas observações e propostas para o e-mail novoestatuto@amagis.com.br.

Página 3

CAPACITAÇÃO

Definidos temas para I Congresso Minerário

A comissão organizadora da Amagis do I Congresso Mineiro de Exploração Minerária já definiu a programação e, agora, prepara os últimos detalhes do encontro a ser realizado entre os dias 24 e 26 de junho, em Belo Horizonte. Entre os temas que serão debatidos, estão o marco regulatório da mineração, o desenvolvimento sustentável com ênfase em aspectos econômicos, direito de pesquisa e lavra e a mediação de conflitos ambientais.

Página 9

Juízes publicam artigos no DECISÃO

O jornal DECISÃO estreia a editoria Painel do Magistrado, onde serão publicados artigos e comentários de magistrados. O primeiro texto é do juiz Eduardo Ferreira Costa sobre superlotação carcerária. Os artigos devem ter 4 mil caracteres e podem ser enviados para imprensa@amagis.com.br.

Página 25

TJ decide que cargo é designação de juiz

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, determinou que a designação para cargo de Técnico de Apoio/Oficial de Apoio Judicial B, a partir de agora, será feita sem observância da lista de preferência, tendo em vista a conveniência administrativa.

Página 18

Iniciativas que fortalecem o protagonismo do Judiciário

HERBERT CARNEIRO*

Em seus 60 anos de existência e de trajetória associativa vitoriosa, a Amagis tem, nesse período, reafirmado sua vocação original e ido além da defesa do magistrado e de suas prerrogativas. Tanto quanto a valorização da magistratura, trabalhamos permanentemente pelo aperfeiçoamento do Judiciário em favor de justiça mais cidadã. No último dia 23, em Juiz de Fora, quando homenageamos o pioneirismo associativo dos colegas dessa Comarca e de toda a Zona da Mata, participamos de uma série de atividades que combinou estudos jurídicos com o lançamento simultâneo das revistas Amagis Jurídica e Magiscultura e outras de lazer e integração pelas seis décadas de nossa Associação.

Em uma delas, numa parceria com a Ejef, apoiamos o I Ciclo de Estudos do Novo Código de Processo Civil e incentivamos a atualização jurídica nesse período de transição e de "Vacatio legis". Trata-se de instrumento que democratiza ainda mais o acesso à Justiça ao ampliar e facilitar a gratuidade, reforçando as garantias constitucionais do processo, o contraditório, a ampla defesa, publicidade, impessoalidade, celeridade e transparência nas decisões judiciais.

Na mesma linha, tomamos a iniciativa de realizar, no próximo mês, o I Congresso Mineiro de Exploração Minerária por conta da crescente demanda judicial envolvendo a questão, ao mesmo tempo debatendo os reflexos econômicos, ambientais e sociais da mineração no Estado, a fim de promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Estamos atentos e sensíveis aos impactos diretos que as atividades de mineração e seus produtos têm sobre o cotidiano do cidadão em todos os sentidos. Seja nos aspectos presentes na economia, onde representa de 3% a 5% do PIB brasileiro, gerando emprego, renda, pagamento de tributos, entre outros, ou na exploração desenfreada e sem controle de sua extração, com grandes impactos ambientais, perda da qualidade de vida e diminuição dos recursos naturais.

A crise hídrica que surpreendeu a todos exige atenção e debates em favor de soluções sustentáveis para o desafio, que afeta desde o cidadão co-

mum em suas residências até o setor produtivo em suas diversas atividades, da agropecuária, serviços à indústria, incluindo a mineração.

De maneira geral, o Brasil avançou pouco na adoção de meios que compatibilizem o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente. Como guardião do estado do direito e das leis, o Judiciário tem papel protagonista na troca de conhecimentos técnicos e humanos no sentido de garantir os direitos do cidadão e as expectativas de desenvolvimento dos municípios, estados e de todo o País. Hoje, os juízes são, além de cumpridores das leis, agentes de transformação social em função de iniciativas que têm feito avançarem agendas que não conseguem prosperar em outros setores. A sociedade, por sua vez, tem pressa, razão pela qual busca o Judiciário para garantir o direito.

O momento é de compartilhamento de ideias e de atitudes que reconheçam as possibilidades de todos os setores. Estatísticas, estudos, ciência e dados oficiais são instrumentos fundamentais para o pleno conhecimento da realidade que embasarão as decisões. Apesar de todas as controvérsias, a mineração também desenvolve atividades que geram benefícios à sociedade, assim como a agricultura, e está associada à qualidade de vida de todos nós. Uma das matérias do Direito, mas que se constituiu em um ramo autônomo, com princípios diferenciados, a questão minerária reúne um conjunto sistematizado de normas que tem por objetivo regular o domínio da União sobre o patrimônio mineral nacional e a aquisição, conservação e os direitos minerários.

Nosso objetivo é somar e integrar esforços com o Tribunal de Justiça e outros segmentos, sobretudo, com os magistrados, em favor de conquistas para a toda a classe, desde melhores condições de trabalho, de segurança e aperfeiçoamento do Judiciário. Estamos todos empenhados e focados nessas melhorias, convergindo para a Justiça cidadã, democracia e o estado de direito, embora cada um tenha missões distintas. Conscientes, cada um, de seu papel e missão, juntos, somos mais fortes na direção do objetivo maior. ●

(*) Presidente da Amagis

“Objetivo é somar e integrar esforços em favor de conquistas para a toda a classe, desde melhores condições de trabalho, segurança e aperfeiçoamento do Judiciário”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrala • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Amagis garante
decisão favorável
a juiz no STJ

4

- » Juízes fazem sugestões para novo Estatuto da Magistratura 03
- » Amagis garante decisão favorável a juiz no STJ 04
- » Amagis requer ao TJ direito da classe 05
- » TJMG recebe sugestões para regulamentação 06
- » Amagis reafirma parceria com Prefeitura e Câmara 07
- » Seminário promove intercâmbio Luso-Brasileiro 08
- » Comissão define programação do I Congresso 09
- » Grupo inicia estudo do sistema prisional mineiro 10

- » Sede administrativa própria consolida e fortalece a Amagis 11
- » Juiz dá exemplo de cidadania e solidariedade 14
- » Parque preserva cerrado e águas em Caldas Novas 15
- » Amagis moderniza estrutura do Departamento Jurídico 16
- » Amagis sedia X Congresso Nacional de Pensionistas 17
- » Fundação Clóvis Salgado oferece formação artística 23
- » Maio é o mês da luta pela saúde da mulher 27
- » Amagis Saúde participa de curso sobre rede credenciada 28

14 Juiz dá exemplo
de cidadania e
solidariedade

Sede administrativa
própria consolida e
fortalece a Amagis

11

28 Amagis Saúde
participa de
curso sobre
rede credenciada

GESTÃO PARTICIPATIVA

Juízes fazem sugestões para novo Estatuto da Magistratura

Magistrados de Belo Horizonte e do interior de Minas começaram a enviar as primeiras sugestões para a Comissão para Estudos do Novo Estatuto da Magistratura, constituída pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, no dia 9 de fevereiro, com o objetivo de ampliar o debate sobre a alteração da Lei Orgânica da Magistratura, de 1979, por toda a classe.

O texto do anteprojeto foi encaminhado à apreciação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, e disponibilizado para consulta no site da Associação (amagis.com.br), para que os magistrados mineiros possam enviar considerações, observações e propostas para o e-mail novoestatuto@amagis.com.br.

Das propostas enviadas, os magistrados tratam de temas como as medidas protetivas, com destaque para a segurança pessoal, do regime disciplinar, sobre a aposentadoria, o regime previdenciário, movimentação na carreira, eficácia na prestação jurisdicional, como a criação de juizados de paz ou de conciliação com competência atribuída aos advogados, criação da assistência judiciária gratuita, determinação para cumprimento dos prazos legais, adicional sobre o subsídio para o magistrado com cursos de pós-graduação, observância da legislação estadual extra, novo

Estatuto e regulamentação da atuação do magistrado aposentado.

Após avaliar todas as propostas, os membros da comissão irão consolidar um documento que será encaminhado pela Amagis ao presidente do STF. Compõem a comissão, os seguintes magistrados: Luzia Divina de Paula Peixoto, Gilson Soares Lemes, Carlos Frederico Braga da Silva, Agnaldo Rodrigues Pereira, Átila Andrade de Castro, Geraldo Carlos Campos, Cristiana Martins Gualberto Ribeiro e Antônio Carlos Parreira,.

O anteprojeto enviado pelo ministro Lewandowski prevê maior democratização do Poder Judiciário brasileiro, com a elegibilidade dos membros efetivos dos tribunais regionais, com, no mínimo, dois anos de jurisdição e que tenham sido indicados pelos magistrados de primeiro grau. Outro avanço proposto é a participação das entidades associativas de magistrados em todos os órgãos colegiados dos Tribunais de deliberação administrativa.

O texto trata ainda das garantias e prerrogativas dos magistrados e assegura o reajustamento periódico dos subsídios para preservar, em caráter permanente, o seu valor real. Também estão previstas verbas indenizatórias como auxílio-transporte, diárias e adicional de deslocamento, auxílio-funeral, auxílio-creche e auxílio educação e prêmio de produtividade entre outros. ●

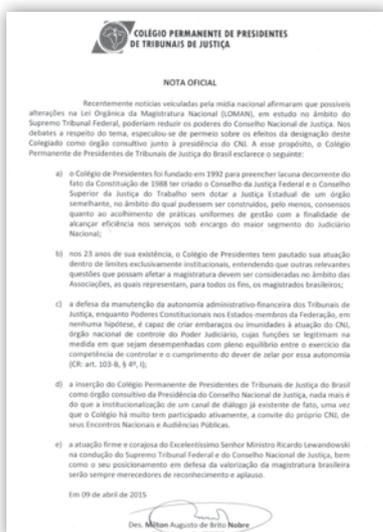
Tiago Parrela



Comissão avalia propostas enviadas pelos juízes

NOTA PÚBLICA

Colégio de Presidentes defende debate amplo sobre revisão da Loman



Nota do Colégio de Presidentes

O Colégio de Presidentes dos Tribunais Estaduais do Brasil divulgou, no dia 9 de abril, nota pública defendendo a iniciativa do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacio-

nal de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, de apresentar a proposta do novo Estatuto da Magistratura, que altera a Lei Orgânica da Magistratura, de 1979.

No documento, o presidente do Colégio, desembargador Milton No-

bre, destaca o espírito democrático do ministro de procurar ouvir a opinião da magistratura nacional e da sociedade sobre o tema. O texto do anteprojeto foi encaminhado à apreciação dos ministros do

STF pelo presidente da Corte, em dezembro de 2014. Para o desembargador, a possível inserção do Colégio de Presidentes como órgão consultivo da presidência do CNJ institucionaliza um canal de diálogo, de acordo com ele já existente, uma vez que o Colégio participa ativamente, a convite de próprio Conselho, de seus encontros nacionais e audiências públicas.

Milton Nobre destacou também que o Colégio de Presidentes foi criado em 1993, com o objetivo de buscar consensos de práticas uniformes de gestão, a fim de alcançar maior eficiência nos serviços prestados pela Justiça Estadual. ●

APOIO JURÍDICO

Amagis garante decisão favorável a juiz no STJ



Quarta turma do STJ ratificou decisão da ministra Isabel Gallotti

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve as decisões condenatórias do TJMG em ações de indenização contra um advogado que fez mais de 15 representações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Corregedoria de Justiça de Minas Gerais em desfavor de magistrado, que, na época, respondia pela Comarca de Três Marias (Oeste de Minas).

A Amagis, por meio do seu Departamento Jurídico, com a atuação da advogada Cantinila Bezerra de Carvalho, obteve êxito em todas as representações e patrocinou as ações indenizatórias supramencionadas.

Na ação, a quarta turma do STJ ratificou a decisão monocrática da ministra Isa-

bel Gallotti, que não admitiu, para julgamento, o recurso do advogado condenado a pagar indenização de danos morais, no valor de R\$ 40 mil, em razão dos procedimentos judiciais abusivos dirigidos contra o magistrado.

De acordo com os autos, o advogado, que também é juiz federal aposentado, tentou prejudicar o juiz de direito da comarca por ele ter julgado e condenado seu filho pelo crime de desacato. Além de oferecer representação criminal contra o magistrado pelo suposto delito de corrupção passiva, ele ajuizou queixa-crime por prática de tráfico de influência e ingressou com procedimento disciplinar perante o CNJ. ●

DIREITO DE RESPOSTA

Magistrado contesta denúncia e esclarece procedimentos

Três dias depois após o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o diretor da Seccional de Belo Horizonte, desembargador Alberto Diniz, reunirem-se com os magistrados da Comarca de Barbacena (Zona da Mata), para prestar solidariedade ao juiz da Infância e da Juventude Barbacena, Joaquim Martins Gamonal, a diretoria da Amagis, por meio da sua Assessoria de Comunicação, convocou coletiva de imprensa, no dia 16 de abril, para dar ao magistrado a oportunidade de esclarecer as dúvidas sobre processos de adoção.

O juiz reafirmou que todos os procedimentos são realizados, rigorosamente, de acordo com a Constituição Federal. Os documentos que confirmam o acerto na conduta do magistrado foram apresentados à imprensa e à Corregedoria-Geral de Justiça. A Amagis prestará toda assistência jurídica ao magistrado, reafirmando o compromisso assumido na reunião em Barbacena, que teve também o objetivo pontuar a importância da atuação imparcial da magistratura no exercício da jurisdição. ●

Geórgia Baçvaroff



Juiz Joaquim Martins Gamonal concedeu entrevista coletiva

AJUDA DE CUSTO

Amagis requer ao TJ direito da classe

Em ofício encaminhado ao presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, no dia 6 de abril, a diretoria da Amagis, representada pelo presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, e a vice-presidente Administrativa, Luzia Peixoto, requereu o pagamento retroativo da ajuda de custo anterior à vigência da resolução 777/2014, do TJMG, que institui o auxílio moradia.

No ofício, a diretoria sustenta que os magistrados mineiros têm direito ao pagamento

retroativo devido em razão do artigo 65, II, da Lei Orgânica da magistratura (Lei Complementar nº 35/1979) e do artigo 141, IV, da Lei Complementar Estadual nº 85/1999. O documento esclarece ainda que as resoluções do TJMG e do CNJ explicitaram e concretizaram a situação jurídica pendente, normatizando o pagamento da ajuda de custo.

GERMAG

Três dias depois, em 9 de abril, a diretoria da Associação encaminhou ao presidente do TJMG outro

ofício, solicitando a modernização da Gerência da Magistratura do Tribunal (Germag), atendendo a inúmeras reclamações dos juízes mineiros.

Como a gerência ainda utiliza métodos manuais e muito papel nos procedimentos relacionados à movimentação nas carreiras dos magistrados, a proposta é que a Germag adote meios automatizados para apuração dos critérios que justificam as promoções e remoções, a exemplo da prática adotada pelo Ministério Público. ●



Requerimento da Amagis ao TJMG

▶ **JORNAL HOJE EM DIA.**
VIVA A INFORMAÇÃO.

Experimente o jornal Hoje em Dia. Impresso, mobile, iPad e digital para você viver a informação o tempo todo. Tudo com os melhores columnistas de Minas: Boris Feldman, com o Auto Papu, Eduardo Avelar, no caderno de Gastronomia e Cris Carneiro, com o caderno Bela.

▶ ASSINE HOJE EM DIA COM BR

▶ JORNALHOJEMDIA

▶ @PORTAL_HD

RESIDÊNCIA DE JUIZ

TJMG recebe sugestões para regulamentação

Rodrigo Albert/TJMG



Comissão do TJ avaliará as propostas dos juízes

ÓRGÃO ESPECIAL

Tribunal aprova planejamento

O Órgão Especial do Tribunal aprovou, no dia 8, o planejamento e a gestão estratégica do TJMG para os anos de 2015 a 2020, adaptado às metas estabelecidas pelo CNJ. Além da sessão do dia 8 de abril, a Amagis também transmitiu os julgamentos do dia 22, e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, esteve presente acompanhando todas as decisões.

Os desembargadores autorizaram ainda a retribuição pecuniária aos magistrados por participação em concursos públicos do Tribunal, e, por unanimidade, também foi aprovada, entre outras

decisões, a regulamentação de lotação de servidor para acompanhar magistrado.

Além disso, foi aprovada a minuta da resolução que apresenta a proposta de jornada de trabalho dos servidores do TJMG e de Justiça da 1ª Instância, que altera para oito horas diárias de trabalho para os novos servidores que ingressarem no Tribunal, e mantém as seis horas diárias aos que já são servidores. Estes, porém, podem se candidatar através de edital. Também no dia 8 de abril, foi autorizada a criação da função de juiz leigo do Juizado Especial, uma recomendação do CNJ. •

INDEPENDÊNCIA DE JULGAR

Autor de calúnias contra juíza tem prisão decretada

O autor de campanha caluniosa contra a juíza, promotora e de servidor do fórum da Comarca de Ouro Preto (Região Central), teve sua prisão preventiva decretada.

Condenado em ação penal pela prática dos delitos tipificados nos artigos 297, 304 e 339 do Código Penal, Rodrigo Luiz Melo Franco Gomes Almeida, cometeu crimes contra honra dos operadores do direito. O réu é considerado contumaz na prática de crimes contra a fé pública (art. 304 do CP), contra a honra (art. 138/140 do CP) e contra a administração da Justiça (art. 339 do CP).

O grupo de trabalho criado pelo TJMG para propor modificações na resolução nº 547, de 3 de outubro de 2007, que regulamenta a autorização para a residência de moradia fora comarca, está recebendo sugestões de magistrados. As propostas podem ser enviadas para o e-mail portaria3128@tjmg.jus.br.

O grupo foi criado pelo presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, no dia 18 de março deste ano, em resposta ao ofício do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, enviado no dia 9 de março, solicitando a fixação de critérios objetivos para autorização de residência de juiz fora da comarca.

De acordo com a portaria nº 3.218 de 2015, do TJMG, os

membros da comissão terão 60 dias para concluir os trabalhos, contados a partir da publicação do documento. A Amagis é representada no grupo de trabalho por sua vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixoto.

O grupo é presidido pela juíza auxiliar da presidência do TJMG, Eveline Mendonça Félix Gonçalves, e integrado pelo juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Rui de Almeida Magalhães, e pela juíza da 7ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial, Marixa Fabiane Lopes Rodrigues.

A regulamentação é necessária já que a residência do magistrado fora comarca, sem a devida autorização, caracteriza infração funcional sujeita a procedimento administrativo. •

Reprodução



No dia 17 de março, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, divulgou nota pública, deixando claro que a magistrada é exemplo de dedicação e cumprimento da Constituição e das leis. Herbert Carneiro apontou ainda que aos insatisfeitos com decisões judiciais, há o direito constitucional de defesa e de recursos de acordo com o devido

processo legal. Na ocasião, o Departamento Jurídico foi acionado e colocado à disposição da magistrada. •

INTERLOCUÇÃO

Amagis reafirma parceria com Prefeitura e Câmara

Bruno Gontijo



Márcio Lacerda, Wellington Magalhães, Herbert Carneiro e Alberto Diniz

O prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, e o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ve-

reador Wellington Magalhães, receberam, no dia 31 de março, o presidente da Amagis, desembargador Her-

bert Carneiro, e o diretor da 1ª Seccional da Associação, desembargador Alberto Diniz

municipal para tratar de temas de interesse da magistratura.

Durante toda a gestão, a diretoria da Ama-

gis tem mantido boa interlocução com os Três Poderes, em todas as esferas, a fim de melhor representar a magistratura mineira. O diálogo permanente como o Executivo, Legislativo e Judiciário tem possibilitado, nos últimos anos, a conquista de significativos avanços para a Justiça e valorização profissional do magistrado.

Os vereadores Henrique Braga, 1º vice-presidente da Câmara; Pablo César (Pablito), 2º vice-presidente; Preto (líder do governo); e o procurador geral de Belo Horizonte, Rúsvel Beltrame Rocha, também participaram do encontro na Câmara. No dia 7 de abril, o presidente Herbert Carneiro encontrou-se com vereador Daniel Nepomuceno, filho do falecido desembargador José Nepomuceno da Silva. ●

NOSSA MISSÃO É ATENDER COM QUALIDADE!

SEGURANÇA
EM CADA
PROCEDIMENTO



Por isso, há 34 anos mudamos e guardamos o patrimônio e objetos de milhares de pessoas e empresas, como se fossem nossos.



morse360

O maior e mais seguro guarda móveis de MG.

(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

LISBOA

Seminário promove intercâmbio Luso-Brasileiro

IDP



Juristas do Brasil e de Portugal palestraram no seminário

Com o apoio da Amagis, 11 magistrados mineiros participaram, dos dias 7 a 9 de abril, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa do III Seminário Luso-Brasileiro de Direito, com o tema o “Estado de Direito, Direitos Fundamentais e combate à corrupção na Interface Portugal/Brasil”, promovido em parceria do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e pela Escola de Direito de Brasília.

O seminário possibilitou o intercâmbio jurídico entre magistrados, advogados, juristas e professores, sobre temas como justiça constitucional, sistema político, direitos fundamentais e combate à corrupção. Além de promover o debate acadêmico, pretende-se com o

evento desenvolver a cooperação científica na área.

Para o desembargador Rogério Medeiros, que representou a Amagis, um dos debates fundamentais foi a jurisprudência da crise econômica vivida por Portugal a partir de 2011, quando várias questões sobre as medidas de austeridade da economia foram levadas ao Tribunal Constitucional de Portugal.

O magistrado também destacou o painel sobre o direito ambiental, cuja recomendação ao legislador e ao Judiciário está no enfoque à prevenção acima da punição. O combate à corrupção foi outro tema abordado. Na avaliação do desembargador, nesta matéria, a legislação brasileira está mais

avanzada do que a portuguesa.

Durante o encontro, os magistrados puderam apresentar trabalhos acadêmicos. Na ocasião, o texto do juiz Nicolau Lupianhães sobre “Diferentes aspectos da Teoria dos Direitos Fundamentais – Características, Evolução e Destinatários” foi selecionado e recomendado para a publicação na revista que registrará os anais do seminário.

Entre os conferencistas, estavam o ministro Gilmar Mendes (STF), os professores Manoel Gonçalves Ferreira Filho (USP), Ingo Sarlet (PUC/RS), Paulo Gonet Branco (IDP) e outros sete professores portugueses, entre eles Blanco de Moraes, Jorge Miranda, Paulo Saragoça, Marcelo Rebelo de Sousa. ●

INTERCÂMBIO

Experiência compartilhada

ROGÉRIO MEDEIROS
GARCIA DE LIMA*

Com muita propriedade, o jurista Ives Gandra da Silva Martins escreveu que “a história brasileira está indissolavelmente ligada à de Portugal, mais do que a história das nações hispânicas à de sua colonizadora” (Dia da comunidade luso-brasileira, Folha de São Paulo, 22.04.2014).

Ao participar do III Seminário Luso-Brasileiro de Direito, na Universidade de Lisboa, os brasileiros nos informamos sobre o modo como Portugal enfrentou a grave crise econômica de 2011. Medidas muito severas, ditadas no âmbito da União Europeia, acarretaram, por exemplo, redução de vencimentos de servidores públicos, aumento de impostos, corte de vantagens dos trabalhadores em geral e ônus financeiros aos aposentados.

Essas medidas foram apreciadas pelo Tribunal Constitucional português. A Corte, com muita firmeza e serenidade, conjugou o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos portugueses com a necessária sensibilidade para a emergência e inevitabilidade das duras medidas adotadas.

No campo do combate à corrupção, os brasileiros transmitimos nossa experiência aos portugueses, notadamente as inovações da Lei nº 12.846/2013 (Lei

Anticorrupção Empresarial). O arsenal legislativo brasileiro, nessa seara, é mais expressivo do que o português, embora ambos os países ainda busquem encontrar meios de garantir plena eficácia às leis existentes.

No campo do Direito Ambiental, ficou patente a importância de se priorizar a aplicação dos princípios da prevenção e da precaução em relação a medidas punitivas e reparatórias. Melhor prevenir do que remediar, diz o conhecido adágio popular.

Finalmente, no que se refere ao futuro do constitucionalismo, o renomado professor Jorge Miranda (Universidade de Lisboa) destacou a descrença da população portuguesa no sistema político. Para reverter esse quadro, pregou uma ampla reforma dos partidos políticos. O ministro Gilmar Mendes (Supremo Tribunal Federal), por sua vez, em face das turbulências políticas e econômicas

vividas pelo nosso país, sustentou a necessidade de fazer valer a Constituição de 1988 e invocou a “vontade de Constituição” assinalada pelo jurista alemão Konrad Hesse. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, professor emérito da Universidade de São Paulo, sintetizou com a reconhecida maestria: “A democracia é possível, mas não é fácil vivenciá-la”. ●

*Desembargador do TJMG

Para o professor Jorge Miranda, a reforma política pode reverter a descrença da população portuguesa no sistema político

DIREITO MINERÁRIO

Comissão define programação do I Congresso

Tiago Parrela



Comissão prepara os últimos detalhes do congresso

A programação do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, que será realizado pela Amagis dos dias 24 a 26 de junho, está praticamente definida. A comissão designada pelo presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, para organizar o congresso definiu o tema das principais palestras e, agora, acerta os últimos detalhes do evento que será realizado no próximo mês.

Durante os três dias de congresso, deverão ser discutidos o marco regulatório da mineração no Brasil, direito de pesquisa e lavra, direito de superfície, mediação de conflitos ambientais, mediação e direitos superficiários, expansão de servidão, medidas compensatórias, encerramento de lavra, ações resultados da atividade minerária e a responsa-

bilidade penal das mineadoras. O Departamento Nacional de Produção Mineral do Governo Federal foi convidado para participar das atividades.

A palestra sobre o marco regulatório será ministrada pelo advogado Octavio Bulcão, diretor tributário da Vale do Rio Doce. A abertura será realizada pelo ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, o economista Paulo Haddad, sobre a “Mineração e Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Aspectos Econômicos”.

O objetivo do encontro é promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, em função da crescente demanda judicial envolvendo a questão minerária, e visando discutir os reflexos econômicos, ambientais e sociais da mineração em Minas Gerais. ●

CIDADANIA

Orquestra Jovem e coral vão se apresentar no Congresso

Tiago Parrela



Orquestra e coral atendem a cerca de 130 crianças e adolescentes

A Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil do TJMG vão se apresentar no dia 24 de junho, na abertura do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária promovido pela Amagis, que será realizada na Unidade Raja Gabáglia do TJMG.

Iniciativa da Coordenação da Infância e da Juventude (Coinj), que tem a Amagis como parceira no projeto, a Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil atendem a cerca

de 130 crianças e adolescentes, que praticam violino, viola, violoncelo, contrabaixo acústico, além de aulas de canto, expressão oral, teoria musical e prática orquestral. Os alunos residem, em sua maioria, no Aglomerado da Serra, Morro do Papagaio ou instituições de acolhimento da capital mineira; outros são trabalhadores da Associação Profissionalizante do Menor (Assprom).

No ano passado, o grupo foi convidado para

realizar a turnê internacional “Justiça e Paz se Abraçarão”, mas ainda necessita de recursos para realizar a viagem. O convite e roteiro (Áustria, Itália, Liechtenstein e Vaticano) foram formulados pelo Magnífico Reitor do Colégio Brasileiro, de Roma, Padre João Rohr. Os interessados em contribuir podem fazer a doação pela conta da Amagis 20399-8, agência 1615-2, no Banco do Brasil. ●

DIREITOS HUMANOS

Membro da ONU visita a Amagis

Geórgia Baçvaroff



Luz Amparo e Herbert Carneiro

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, recebeu, no dia 8 de abril, na sede da Associação, em Belo Horizonte, a visita da professora Luz Amparo Llanos Villanueva, advogada especialista em Direitos Humanos, integrante do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, e professora convidada da Academia Diplomática do Peru.

Na oportunidade, Luz Amparo entregou

ao presidente Herbert Carneiro a publicação da Asociación de Mujeres Jueces de Argentina (Associação de Juízas da Argentina), que trata, entre outros assuntos, do programa de atualização e formação jurídica no país portenho, abordando a violência de gênero e lei de proteção integral às mulheres. O programa se acessado no blog programaley26485.blogspot.com.ar. ●

EXECUÇÃO PENAL

Grupo inicia estudo do sistema prisional mineiro

Geórgia Baçvaroff

A convite do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional de Minas Gerais, formado por magistrados de várias comarcas, reuniu-se, no dia 13 de abril, na sede da Associação, para discutir os parâmetros de uma análise constante e sistêmica do sistema prisional de Minas Gerais.

Na avaliação do coordenador da Comissão Especial da Amagis de Estudos da Nova Lei de Execução Penal, juiz Thiago Colnago Cabral, a reunião foi importante para fixar as premissas de atuação e realizar o levantamento de algumas necessidades das varas de Execução Penal do Estado, bem como do sistema prisional mineiro.

Além do presidente da Amagis e do juiz Thiago Colnago, participaram da reunião, o coordenador do programa Novos Rumos do TJMG, desembargador José Antônio Braga; a juíza Eveline Mendonça Felix Gonçalves, auxiliar da presidência do Tribunal; os juizes Marcelo Augusto Lucas Pereira, de Belo Horizonte; Wagner Cavalieri, de Contagem; Ana Régia Chagas, de Patrocínio; Daniel Reche da Motta, de Juiz de Fora; Geraldo Magela Reis Alves, de Carangola; Junia Maria Benevides de Souza Bueno, de Igarapé; Leonardo Antonio Bolina, de Betim; Daniela Cunha Pereira, de Ibirité; Cibele Mourão Barroso, de Itabira; e Miriam Vaz Chagas, de Ribeirão das Neves. •



Magistrados do interior e da capital participam de reunião na Amagis

DIREITOS HUMANOS

Seminário Internacional debate método Apac

Geórgia Baçvaroff



Debates foram realizados no auditório da Unidade Goiás do TJMG

Com o objetivo de promover a reflexão sobre a ressocialização dos condenados à pena privativa de liberdade, sensibilizar diferentes segmentos da sociedade e promover o método Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac)

como alternativa ao sistema prisional tradicional, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) promoveu, no dia 30 de março, o I Seminário Internacional com o tema: “Promoção dos Direitos Humanos dos Condenados - A intersetoriali-

dade na experiência do método Apac”.

Segundo o Instituto Minas pela Paz, atualmente, existem 46 Apacs no País, com mais de três mil recuperandos. Na abertura do seminário, os participantes assistiram à apresentação do Coral

Madrigal Liberatus, formado por recuperandos da Apac de Nova Lima.

O seminário foi promovido pela Ejef em parceria com a Fundação AVSI, Minas pela Paz, Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, com apoio da Delegação da União Europeia no Brasil.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da cerimônia, quando diversas autoridades destacaram o papel das Apacs na ressocialização do detento no que chamaram de “revolução do sistema prisional brasileiro”. •

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Sede administrativa própria consolida e fortalece a Amagis

A construção da sede da Amagis no Bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte, na primeira gestão do desembargador Lincoln Rocha (1982-1985) é considerada pelos magistrados uma importante etapa na consolidação da Associação. No dia 23 deste mês, o prédio que recebeu o nome do seu idealizador, o desembargador Lincoln Rocha, completa 31 anos preservando a história da Amagis.

A primeira unidade da Associação foi a sede campestre da Pampulha, inaugurada em 30 de fevereiro 1982, onde eram realizadas confraternizações e que, por isso, davam ao imóvel um caráter mais social. Neste período, administrativamente, a Amagis ainda funcionava em uma sala cedida pelo TJMG.

A lei de doação do terreno onde foi construído o prédio-sede foi sancionada no dia 10 de dezembro de 1979, e a escritura lavrada em 1980. Entretanto, era necessário conseguir recursos para iniciar a obra. Em entrevista aos pesquisadores do Memorial da Amagis, o desembargador Caetano Care-

los, então tesoureiro da gestão, disse que todo o dinheiro arrecadado com as contribuições era aplicado nos bancos. Para o magistrado, a Amagis progrediu muito após a construção da sua sede.

Logo após a inauguração da sede, o desembargador Lincoln Rocha resolveu investir na construção do Parque Esportivo da Amagis, conforme contou a viúva do magistrado, pensionista Maria Auxiliadora Libânio Rocha. “Quando ele resolveu fazer essa sede, a Amagis não tinha mais dinheiro. Ele foi ao banco e arrumou um empréstimo alto. Quando ele chegou em casa fiquei muito brava”, revelou Maria Libânio que, hoje, se refere ao Parque Esportivo com orgulho. “E assim era nossa vida. A Amagis era tudo na vida dele. Tudo, tudo, tudo. Ele não media consequências com a Amagis”, comentou.

Atualmente, o Parque Esportivo da Amagis oferece aos associados sauna, piscinas aquecidas, academia, salão de jogos, quadras poliesportivas e restaurante. No mesmo espaço, funciona ainda o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsi-



Sede da Amagis, em Belo Horizonte, completa 31 anos

to, com 16 apartamentos destinados aos associados do interior, que estejam de passagem por Belo Horizonte.

Nesses 31 anos, a sede da Amagis passou por várias reformas, seja de manutenção, ampliação ou modernização de

suas instalações, onde funcionam o gabinete da Presidência da Amagis, a Assessoria de Comunicação, os Departamentos de Administração e Patrimônio, Jurídico, Financeiro, Pessoal, de Informática, a Comissão de Segurança, o Ama-

gis Saúde, ambulatórios médicos do programa ‘Amor à Vida’, Memorial da Amagis, auditório e o salão de festas. No prédio, funcionam ainda várias salas, alugadas para terceiros, cuja locação gera renda para a Associação. ●

**PERMISSA VENIA:
VAI PERDER ESSA
OPORTUNIDADE?!**

CORTESIA: *

**PROTECTOR DE CÂRTER
JOGO DE TAPETES
INSULFILM**



**Home **
and Office
Delivery**

Rede de Concessionárias Auto Japan. Mais Honda. Mais Você.

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br



AUTO JAPAN



Protetor de cârter, insulfilme e jogo de tapetes como cortesia na compra dos modelos Honda 2015, para filiados Amagis. ** Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit e City, de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. Condições válidas de 01/05/2015 a 31/05/2015. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

JUIZ DE FORA

Zona da Mata celebra os 60 anos da Amagis

Uma série de eventos que combinou estudos jurídicos, lançamento de revistas científica e cultural e shows marcaram a celebração pelos 60 anos da Amagis em Juiz de Fora no dia 23 de abril. As atividades aconteceram em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, que patrocinou o I Ciclo de Estudos do Novo Código de Processo Civil sobre as alterações feitas no CPC que valerão a partir de 2016. A comarca da Zona da Mata Mineira foi escolhida por ter sido uma das pioneiras no associativismo mineiro.

“Visão política e sabedoria!” Foi assim que o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, definiu, durante as comemorações, a iniciativa dos magistrados juiz-foranos de fundarem a Associação Regional de Magistrados (Armam), que, no dia 1º de setembro de 1972, juntamente com a Associação Estadual dos Magistrados (Assemag), foram incorporadas à Amagis, criada no dia 21 de outubro de 1955.

A importância da união entre a capital e o interior, por meio da Amagis, foi destacada pelo juiz Paulo Tristão, diretor do Foro de Juiz de Fora, ao destacar a bem-sucedida trajetória associativa de seis décadas. O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, prestigiou os eventos e saudou a Amagis pelos seus 60 anos e a todos os organizadores do ciclo de estudos, entre eles o desembargador Kildare Carvalho, 2º vice-

Geórgia Baçvaroff

**Herbert Carneiro destacou a importância da fundação da Armam****Magistrados da Zona da Mata e BH participaram da celebração**

-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, e o presidente da Amagis, pela iniciativa que, para ele, enriquece a formação continuada dos magistrados mineiros.

O novo Código de Processo Civil foi o tema abordado na abertura do ciclo. De acordo com Kildare Carvalho, que também saudou a Amagis pelos 60 anos, a mudança traz importantes mudanças no processo judicial, com repercussão positiva na vida do cidadão, de todo o País

e, sobretudo, para os operadores do Direito. A palestra de abertura, com o tema “Princípios Processuais e o Novo Código de Processo Civil”, foi ministrada pelo desembargador Ernane Fidélis, que cumprimentou a Associação pelos 60 anos de luta associativa e conquistas para os magistrados mineiros.

Ciência e Arte

Após a abertura do I Ciclo de Estudos, a diretoria da Amagis lançou as edições da 13ª Ma-

gisCultura, revista de cultura dos magistrados, e da 11ª Amagis Jurídica, revista científica e de estudos. Depois de lembrar a importância da criação da Armam pelos magistrados de Juiz de Fora, para o fortalecimento do movimento associativo, Herbert Carneiro afirmou que, quando vem à comarca, “sempre saímos fortalecidos para a luta, que todos sabem, não é tão fácil”.

O presidente da Comissão dos 60 anos da Amagis, desembargador

Jayme Silvestre, se disse honrado por estar em Juiz de Fora para celebrar a data. “Esta é uma oportunidade de aprimorar nossos conhecimentos e confraternizar, revendo colegas e conhecendo novos”. A diretora da Seccional de Juiz de Fora, juíza Ivone Guilarducci, ressaltou a importância de receber todos para a comemoração na comarca e destacou o trabalho da atual gestão. “A administração do presidente Herbert Carneiro está sempre em parceria com o TJMG e, isso, para nós, é muito positivo”, disse.

O diretor da revista Amagis Jurídica, juiz Gilson Soares, agradeceu a oportunidade de lançar a revista em uma noite tão importante para o Judiciário mineiro. Já o diretor da MagisCultura, juiz Renato César Jardim, destacou o clima de alegria da confraternização e apontou a importância da cultura na vida de todos.

Logo após a primeira palestra, os magistrados participaram de um coquetel animado pelo humorista Carlos Nunes e pela banda Henrique Jota e Cia. Participaram também, Fernando Caldeira Brant, 1º vice-presidente do TJ; Antônio Sérvulo, corregedor-geral; Geraldo Augusto de Almeida, presidente do TRE-MG; ex-presidente do TJMG Joaquim Herculano; o presidente do TJMMG, Sócrates Edgard dos Anjos; os desembargadores Caetano Levi Lopes e Ernane Fidélis (palestrante); prefeito de Juiz de Fora, Bruno Siqueira; deputado estadual Isau Calais, entre outros. ●

RECONHECIMENTO

Diretor do Foro exalta parceria da Associação com o TJMG

Anfitrião dos eventos que combinaram estudos jurídicos, lançamento de revistas científica e de cultura dos magistrados e celebração pelos 60 anos da Amagis, em Juiz de Fora, no dia 23 de abril, o diretor do Foro da Comarca, juiz Paulo Tristão Machado Junior, foi bastante aplaudido em seu discurso de boas vindas no qual homenageou a todos, especialmente a trajetória vitoriosa de seis décadas da Associação e a união de esforços dos presidentes do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, e da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, em defesa da valorização da magistratura e do aperfeiçoamento do Judiciário. Leia seu discurso:

“É com muita honra e satisfação que, em nome de todos os juízes desta Comarca, dou as boas vindas a cada um dos senhores, e externo a alegria que temos em recebê-los para este evento festivo e cultural.

Aqui em Juiz de Fora, em 3 de outubro de 1970, foi fundada a Associação Regional de Magistrados (Armam), e em Belo Horizonte, no dia 28 de dezembro do mesmo ano, a Associação

Estadual dos Magistrados (Assemag). As duas se uniram, em 1º de setembro de 1972, à Amagis, fundada em 1955. Com essa fusão, a Amagis passou a ser a única e legítima representante dos magistrados mineiros, com o propósito de fortalecer a classe e unificá-la em torno de objetivos e ideais comuns.

Agora, chega a Amagis aos seus 60 anos, sob a presidência segura do Des. Herbert José Almeida Carneiro, e prestigia Juiz de Fora ao iniciar aqui as comemorações, que se estenderão durante o ano por outras Comarcas, confraternizando seus membros e fazendo o lançamento da 13ª Edição da MagisCultura e da 11ª Amagis Jurídica.

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, por sua vez, através de seu Superintendente, o Des. Kildare Carvalho, e de sua equipe da 2ª vice-presidência, também prestigia Juiz de Fora e Região, com o 1º Ciclo de Estudos do Novo Código de Processo Civil, trazendo palestrantes que valorizarão este evento, a começar pelo Desembargador Ernane Fidélis, que, hoje, abri-

Renata Caldeira/TJMG



Juiz Paulo Tristão destacou a união entre capital e interior

rá o ciclo falando sobre ‘Princípios Processuais e o novo CPC’.

Esse evento, com a presença do presidente do Tribunal, do 1º e do 2º vice-presidentes, do Corregedor Geral de Justiça, do presidente do TRE, do Tribunal de Justiça Militar e do ex-presidente do Tribunal, não deixa dúvida sobre o excelente relacionamento entre essas instituições e a Associação dos magistrados. Em todas as comarcas, comenta-se que a magistratura mineira vive o seu melhor momento, um momento único em sua história, sob a presidência do incansável, dedicado e amigo Des. Herbert Carneiro, e do dinâmico, corajoso e visionário Presidente Pedro Bitencourt. Cada qual ao seu modo, com respeito e soberania, souberam trazer a paz e a serenidade aos seus membros. Os avanços são inquestionáveis, e todos nós magistrados apreciamos esse relacionamento

respeitoso entre a presidência do nosso Tribunal e o representante maior da nossa Associação. Precísávamos disso, e a atual harmonia, além de ter permitido progressos administrativos e financeiros, reflete positivamente no trabalho de cada um de nós diariamente.

Se o sucesso de um evento é medido pelo número e importância de seus participantes, esse encontro, promovido em conjunto pela Escola Judicial e a Amagis, com a presença de todos os senhores e senhoras, desembargadores, juízes, grandes palestrantes, assessores e serventuários, está garantido. Finalizo agradecendo, em meu nome e em nome dos magistrados de Juiz de Fora e região, à Amagis, na pessoa do Des. Herbert Carneiro, à Comissão 60 anos, na pessoa do seu presidente, o desembargador Jayme Silvestre Corrêa Camargo, assim como à 2ª vice-presi-

dência, representada pelo Des. Kildare Gonçalves Carvalho, pelos esforços feitos para a realização desse grandioso evento.

Agradecemos ainda a cada um dos senhores, ao presidente do Tribunal de Justiça, ao 1º vice-presidente, ao Corregedor Geral de Justiça, ao Presidente do TRE e do Tribunal de Justiça Militar, a todos os desembargadores, juízes e servidores, pela honrosa presença.

Retribuímos com alegria em tê-los conosco em nossa casa, e convido-os a aproveitar com intensidade esses momentos que passaremos juntos.

Sejam todos bem-vindos a Juiz de Fora. Obrigado!”

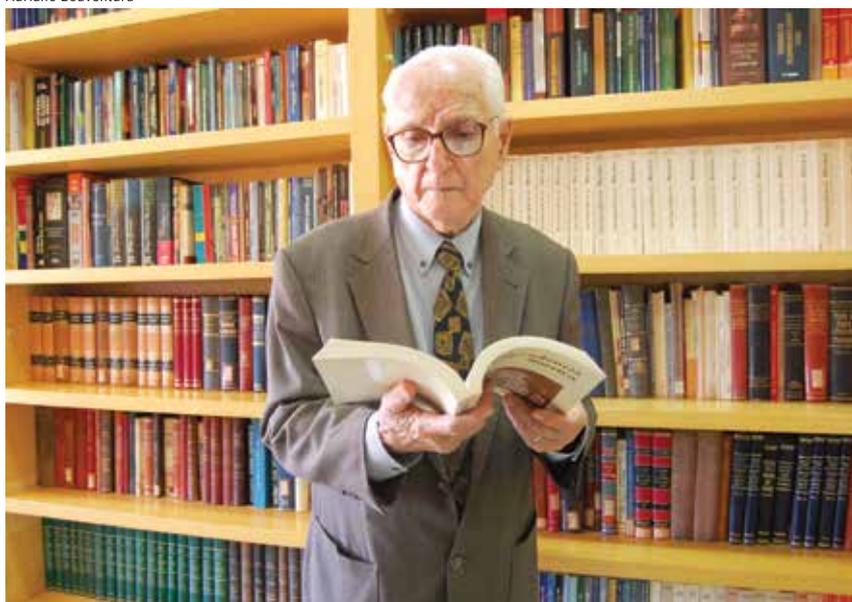
**Juiz Paulo Tristão Machado Junior, Diretor do Foro da Comarca de Juiz de Fora Diretor do Foro da Comarca de Juiz de Fora.*

Leia a íntegra do discurso no site amagis.com.br

MAGISTRADO CONCILIADOR

Juiz dá exemplo de cidadania e solidariedade

Adriano Boaventura



Des. Márcio Aristeu defende a importância da conciliação

Para muitos, quando chega a aposentadoria compulsória, um magistrado pode estar no auge de sua maturidade jurídica aos 70 anos. E foi no reconhecimento desse saber e experiência de vida, que, em 2009, ainda atuando como juiz, a desembargadora Ângela de Lourdes Rodrigues propôs a criação do projeto “Magistrado Conciliador”.

Atualmente, em Belo Horizonte, o projeto conta com a colaboração de 12 magistrados aposentados. Nesses seis anos, somente na capital mineira, foram realizadas aproximadamente 13 mil audiências, que resultaram em cerca de 1.500 acordos.

Colaborando com o projeto desde sua criação, o desembargador aposentado Márcio Aristeu Monteiro de Barros,

ex-presidente da Amagis e ex-presidente do TJMG, realiza audiências todas as quartas-feiras, na 14ª Vara Cível do Fórum Lafayette. De acordo com o magistrado, a atuação do conciliador é decisiva para que não seja necessária a intervenção direta do Poder Judiciário. Para ele, seria importante o TJMG reforçar junto aos jurisdicionados os benefícios da conciliação. “Tento fazer o melhor possível, para realizar o maior número de conciliações”, afirmou.

Para a desembargadora Ângela de Lourdes, além de contar com o “notável saber jurídico” dos magistrados, o projeto tem entre suas vantagens não gerar despesas para o Tribunal de Justiça e, principalmente, por contribuir com a celeridade da prestação jurisdicional.

Mesmo que a conciliação não seja alcançada, o magistrado conciliador encaminha o termo de audiência e requerimentos feitos ao juiz responsável pelo processo, que, antecipadamente, poderá designar audiências de instrução e julgamento e tomar outras providências que sejam necessárias. Dessa forma, o projeto contribui para a desburocratização da Justiça tanto pela redução do número de audiências pelo juiz da vara, quanto por agilizar o andamento processual.

O juiz ou desembargador aposentado interessado em colaborar com o projeto ‘magistrado conciliador’ pode procurar a 3ª vice-presidência do TJMG ou a direção do Fórum Lafayette para saber como participar. ●

DEDICAÇÃO

O Magistrado Conciliador

DESEMBARGADORA ÂNGELA
DE LOURDES RODRIGUES

O tempo possui múltiplas temporalidades para cada pessoa. Quem espera algo fica ansioso e qualquer que seja o tempo que se aguarda parece durar uma eternidade. Entretanto, para aqueles que de quem se espera, o tempo passa ligeiro, parece fugir ao controle, tão veloz é sua passagem.

Tal como o tempo, a Justiça possui múltiplas faces. De um lado, o Jurisdicionado que aguarda a decisão de seus conflitos e, de outro, o magistrado, sobrecarregado com as muitas funções e a escassez do tempo. É preciso encontrar uma maneira de conciliar esse conflito. O magistrado conciliador se dispõe a auxiliar. Apesar dos incontáveis anos dedicados à magistratura, dos vários compromissos existentes no seu dia a dia, o magistrado conciliador traz a esperança da solução amigável e da pacificação social dos conflitos dando exemplo de cidadania e solidariedade.

Magistrado conciliador é o desembargador ou juiz aposentado que se dispõe a contribuir com a Justiça, oferecendo voluntária e gratuitamente sua experiência e notório saber jurídico para a realização de audiências de tentativa de conciliação. O descanso

descompromissado e o conforto da residência junto aos seus entes queridos cedem lugar ao compromisso de hora marcada incluído na agenda de audiências que assume o compromisso de cumprir. A análise dos processos, o deslocamento até o fórum e a escuta atenciosa dos envolvidos no conflito, agora, fazem parte de suas vidas novamente.

Não importa quantos anos de trabalho já foram cumpridos e quantos dias e horas terá que comparecer ao fórum para realizar as audiências incluídas em sua agenda pessoal. A partir de então, a liberdade e descompromisso com os

Além do notório saber jurídico e experiência, o magistrado conciliador disponibiliza a doação de seu tempo, dedica-se de forma desprendida e abnegada na luta diária pela distribuição da Justiça

horários cedem lugar ao agendamento de dias e horas. Férias programadas e ausências justificadas.

Pergunta-se qual a razão de tudo isso? Acredita-se que seja a vocação para a magistratura. Além do notório saber jurídico e experiência, o magistrado conciliador disponibiliza

a doação de seu tempo, dedica-se de forma desprendida e abnegada na luta diária pela distribuição da Justiça. O que importa é a busca de solução amigável, a célere e eficaz prestação jurisdicional. É escolha de uma nova vida dedicada ao outro. Parabéns aos magistrados conciliadores pelo saber, sabedoria e solidariedade! ●

ECOTURISMO

Parque preserva cerrado e águas em Caldas Novas

Criado em 1970, com 123 km², o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (Pescan) preserva o bioma do cerrado, protege o lençol termal da região, tornando-se uma boa opção de turismo ecológico para aqueles que querem conhecer um pouco mais da fauna e da flora brasileira. O parque está a apenas 30 minutos de Caldas Novas (GO), sede de uma das cinco Colônias de Férias da Amagis.

Estima-se que a origem das águas termais de Caldas Novas seja de aproximadamente 600 milhões de anos, quando um vulcão, hoje extinto, expelia lavas, cinzas e gases. Ao longo dos anos, a cratera do vulcão foi aterrada, e a pressão dos gases abriu rachaduras na base da montanha por onde saía

Agetur



Cachoeiras são um dos atrativos do parque estadual

o vapor d'água, que, com a diminuição da atividade vulcânica, deu origem às águas termais, que a reserva natural preserva.

O parque fica aberto para visitação de terça-feira a domingo, de 8h às 17h, porém, o último acesso só é permitido até às 15h. Os visitantes

podem caminhar pelas trilhas da Cascatinha (716 m), e pela do Paredão (1,161 km), sendo recompensados com um banho de cachoeira ao final de ambos os passeios. É importante tomar alguns cuidados como o uso de calçados confortáveis, protetor

solar, chapéu, repelente e calça comprida.

É necessário ainda seguir algumas regras do parque como não trafegar de veículo no interior da reserva, não levar animais domésticos, não coletar exemplares do meio ambiente, não caçar, pescar, nem portar

arma de fogo e consumir bebidas alcoólicas no interior do parque. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (64) 3453-5805.

Caldas Novas oferece ainda outros atrativos naturais como a Lagoa do Pirapitinga, Lago de Corumbá, Igreja Matriz, Balneário Municipal, Jardim Japonês e a Cachaçaria (saiba mais no infográfico ao lado). Para se hospedar na Colônia de Férias de Caldas Novas, o associado pode fazer a reserva com Cácia pelo telefone (31) 3079-3459, pelo fax (31) 3079-3485 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br. Nos períodos de alta temporada, serão realizados sorteios das vagas. O regulamento de uso das unidades sociais da Associação está disponível no site amagis.com.br. ●

PONTOS TURÍSTICOS DE CALDAS NOVAS



LAGOA DO PIRAPITINGA

Chamada de Lagoa Quente, fica a seis quilômetros do centro de Caldas Novas e é considerada um dos pontos turísticos mais bonitos da cidade. Oferece completa infraestrutura de camping, piscinas termais com nascente natural, quadras de areia e sauna. A temperatura de suas águas pode chegar a 50°.



LAGO DE CORUMBÁ

Artificial, ele começou a se formar em 1996. Após o represamento do Rio Corumbá, tornou-se um dos pontos mais visitados em Caldas Novas. Com extensão de 65 quilômetros, é ideal para jet-ski, lanchas e windsurf.



JARDIM JAPONÊS

Construído pelo japonês Toshiyuki Murai, deve ser visitado na companhia de um guia, que faz a interpretação dos vários componentes do jardim. O Jardim Japonês tem sua origem no século XIV, quando monges zen-budistas saíram da China para o Japão e começaram a se instalar junto aos imperadores e comandantes militares, os xôguns.



IGREJA DA MATRIZ

Construída em 1850, a igreja da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, no centro da cidade, é considerada a construção mais antiga de Caldas Novas. Mesmo tendo passado por reformas, ainda retrata em suas paredes e colunas de madeira um pouco da cidade que ainda era intendência do Brasil colônia.



BALNEÁRIO MUNICIPAL

Criado em 1920, oferece banhos de imersão em banheiras individuais e com o tradicional chá de douradinho, indicado para tratamento médico.



CACHAÇARIA

A Cachaça Vale das Águas Quentes, produzida nesta região segue os padrões de qualidade e a tradição dos antigos alambiques de cobre das fazendas coloniais, envelhecida naturalmente em barris de madeira nobre. Você encontrará na cachaçaria variadas opções de vasilhames, uma linha bidestilada, direcionada à produção de caipirinhas, drinks, batidas e outros coquetéis.

QUALIFICAÇÃO

Amagis moderniza estrutura do Departamento Jurídico

No final deste mês, a Amagis dará início à obra de modernização do seu Departamento Jurídico, instalado no terceiro andar da Associação. A reforma tem como objetivo oferecer uma estrutura adequada para assessoria jurídica ao associado, garantindo mais privacidade e um atendimento individualizado aos magistrados.

Na avaliação do coordenador do Departamento Jurídico da Amagis, José Eduardo Vecchi, outro aspecto positivo da mudança é possibilitar maior integração da equipe, que, hoje, realiza o atendimento aos associados em três diferentes salas. Os atendimentos referentes a assuntos administrativos, ao TJMG, Jusprev e Ipsemg, serão todos centralizados pelo Departamento Jurídico no mesmo espaço físico.

Em 2014, a Amagis, por meio do seu Departamento Jurídico, atuou em 73 processos e procedimentos como ingresso de mandados de segurança, ações ordinárias para aposentados e pensionistas, ações judiciais em favor de magistrados da ativa, defesa de magistrado junto à OAB, à Corregedoria e ao CNJ, requerimentos junto ao TJMG, CNJ e Ipsemg (Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais).

Durante a reforma, o Departamento Jurídico funcionará no 4º andar da sede Amagis, nas salas 405 e 407. Os departamentos

Pessoal e Financeiro também serão modernizados e, por isso, passarão a funcionar, respectivamente, nas salas 408 e 504. Como parte das obras do terceiro andar, a copa do prédio da Amagis também será reformada, com a criação de um refeitório para oferecer melhores condições de uso aos servidores da Associação, conforme orienta a legislação trabalhista.

Todas as etapas da obra, projeto, orçamento e execução serão acompanhadas pela comissão formada pela juíza Riza Nery, diretora do Parque Esportivo da Amagis, pelo desembargador aposentado José Nicolau Maselli e pelo juiz José Eustáquio Lucas Pereira, que vistoriou a reforma da fachada da sede da Associação, concluída no dia 25 de março.

As mudanças na fachada foram feitas para dar mais segurança aos usuários do prédio. Na entrada, foi construído um pórtico, acesso para pessoas portadoras de deficiência física, instaladas catracas para o controle do fluxo de pessoal e um portão, que será utilizado fora do horário de expediente.

No dia 23 deste mês, a sede da Amagis, que recebeu o nome do seu idealizador, o desembargador Lincoln Rocha, completa 31 anos. A construção do edifício é considerada por vários magistrados como um marco para a consolidação e crescimento da Associação. ●



Modernização facilitará a integração do departamento jurídico



Novo estrutura garantirá atendimento individualizado



Copa da Amagis também passará por melhorias

BELO HORIZONTE

Amagis sedia X Congresso Nacional de Pensionistas

A Amagis sediará, nos dias 19 a 24 de maio, o X Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura, promovido em parceria com a AMB. O evento será realizado no hotel Othon Palace, no centro de Belo Horizonte.

Durante o Congresso, serão realizadas palestras sobre a “Previdência Pública”, “Planejamento do orçamento familiar” e tratados temas relacionados à saúde como “O Olho e o Tempo”, “É preciso saber viver – mais qualidade, menos estresse”, “Diabetes e resistência à insulina” e variedades como “História – Moda e Comporta-

mento”. No dia 23, será realizada uma visita ao Museu do Inhotim (Bumadinho, na Grande BH).

Segundo a diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Maria de Almeida Fernandes, os temas das palestras foram escolhidos com o objetivo de atender aos interesses específicos dos congressistas e esclarecer os participantes sobre questões do seu dia a dia. “Minas Gerais tem muito a oferecer aos visitantes”, disse Marlene Fernandes sobre a expectativa de que o congresso seja um marco para a organização das pensionistas. •

Divulgação AMB



Congresso será entre os dias 19 e 24 de maio

AUTOS DA DEVASSA

Portal disponibiliza documentos históricos

Marco Evangelista / Imprensa-MG



Lançamento foi no Largo do Ó, em Tiradentes

A Imprensa Oficial de Minas Gerais disponibilizou, no dia 17 de abril, no Portal da Inconfidência (portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br) os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, em versão digitalizada do manuscrito do século XVIII. Os documentos se baseiam na edição impressa dos autos editada pela Imprensa Oficial nas décadas de 70 e 80.

O lançamento foi realizado no Largo do Ó,

em Tiradentes (Campo das Vertentes). O ex-presidente da Amagis juiz Bruno Terra Dias representou o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, na solenidade conduzida pelo secretário de Cultura do Estado, Ângelo Oswald, e pelo presidente da Imprensa Oficial, Eugênio Ferraz. “O lançamento dos autos representa o resgate da alma inconfidente do mineiro”, comentou Bruno Terra.

Para o presidente da Amagis, que assina uma apresentação sobre os documentos disponibilizados no portal. “Os autos confirmam a Inconfidência Mineira como o mais importante movimento que antecedeu a Independência, bem como de formação da nacionalidade brasileira, especialmente pela coragem cívica e abnegação do herói Tiradentes, que honrou o País enquanto Nação”. •

CIDADANIA

Cejus é instalada em Santa Luzia

Arquivo Pessoal



Centro integrará setores de cidadania

Instalado em Santa Luzia (Grande Belo Horizonte), no dia 16 de abril, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), do TJMG, integrará os setores de cidadania, pré-processual e processual da comarca. O Cejus será coordenado pela juíza Sabrina Alves Freesz e terá como coordenadoras-adjuntas as juízas Aldina Soares, diretora de Comunicação da Amagis, e Fabiana Gonçalves.

Aldina Soares representou o presidente da Associação, Herbert Carneiro, na solenidade, da qual participaram ainda os desembargadores Antônio Sérvulo, corregedor-geral de Justiça; Wander Marotta, 3º vice-presidente do TJMG; Baía Borges e os juizes Carlos Donizetti, auxiliar da presidência do TJ, Sabrina Freesz, Fabiana Gonçalves, Ana Paula Lobo e Rogério Araújo Santos. •

DEMOCRATIZAÇÃO

Amatra3 realiza seminário em BH

Tiago Parrela



Debate abordou eleições no Judiciário

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (Amatra3) realizou, no dia 17 de abril, o seminário “Eleições Diretas no Poder Judiciário”, cuja palestra de abertura contou com a participação da ministra Maria Helena Mallman, do Tribunal Superior do Trabalho.

Convidado pelo presidente da Amatra3, juiz Bruno Alves,

em visita de cortesia à sede da Amagis realizada no dia 13 de abril, o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, participou da solenidade, na qual ainda estiveram presentes o presidente da Ajufemg, juiz Ricardo Machado Rabelo, e o presidente da Anamatra, juiz Paulo Luiz Schimdt, dentre outras autoridades. ●

CONQUISTA HISTÓRICA

Decisão do TJ valoriza juízes

Marcelo Albert/TJMG



Tribunal atendeu reivindicação da classe

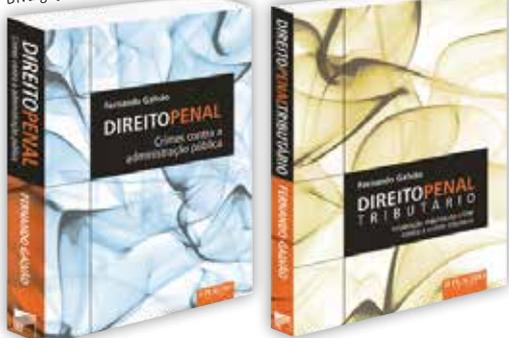
O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, determinou que, a partir de agora, a designação de substituto para o exercício do cargo de Técnico de Apoio/Oficial de Apoio Judicial B, seja feita sem observância da lista de preferência, tendo em vista a conveniência administrativa. Com a decisão, os cargos mencionados passaram a ser de admissão e de

afastamento *ad nutum* – comissionado de recrutamento limitado, de responsabilidade do juiz. Até então, os critérios de escolha, muitas vezes, levavam à designação de servidor que não preenchia o perfil necessário ao exercício de tais funções, razão pela qual a administração procedeu alteração da forma de provimento dos citados cargos. Leia mais no site amagis.com.br. ●

DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

Livros fazem abordagem crítica

Divulgação



O juiz Fernando Galvão, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, lançou, no dia 14 de abril, pela D'Plácido Editora, os livros “Direito Penal: Crimes contra a Administração Pública” e “Direito Penal Tributário: imputação objetiva do crime contra a ordem tributária”.

Na primeira obra, o juiz aborda os crimes

contra a Administração Pública previstos no Código Penal, comparando criticamente a perspectiva legitimadora da reprovação social com os crimes que se referem às atividades dos agentes públicos. No segundo título, ele considera que a imputação objetiva do crime contra a ordem tributária desafia o operador do direito. ●

LITERATURA

Magistrado lança novo livro policial

Divulgação



Depois do sucesso da sua obra “Verdugo”, o juiz Renato Zupo, da Comarca de Araxá, lançou o livro policial “Rio da Lua”, no Brasil e na Itália, Espanha e Portugal.

Na obra de ficção, o magistrado relata o acontecimento de estranhos suicídios em uma cidade do interior de Minas Gerais, onde seu modus operandi é repugnante e cheio de intenso sofrimento, fazendo-o em uma periculosidade que deixa a polícia local perplexa e a população da pequena cidade apavorada. Em uma narrativa ar-

repiente, Renato Zupo envolve o mundo da magia negra e do ocultismo a um crime antigo e esquecido no tempo e à suposta existência de um serial killer no interior mineiro. ●

CONHEÇA ALGUNS CONVÊNIOS DA AMAGIS NA CAPITAL E NO INTERIOR**Biocentro Clínica de Estética**

Av. Prudente de Moraes, 44 – Conj 402
Cidade Jardim – BH
Fone : (31) 3227-6262

Brasas Idiomas

Rua Mato Grosso, 1075 – 9º Andar
Santo Agostinho – BH
Fone : (31) 3292-7015

Academia Wall Street

Av. do Contorno, 8000 – 1º Andar
Cidade Jardim – BH
Fone: (31) 3335-7227

Flora Garden Center

Av Bias Fortes, 750
Lourdes – BH
Fone: (31) 3222-9956

A&R Aparelhos Auditivos

Av. Pasteur, 40
Sala 602
Santa Efigenia – BH
Fone: (31) 3224-6924

Casa Idosos – Recanto Conviver

Rua José Mota Costa, 870
Bairro Camargos – BH
Fone: (31) 3388-6681

Centro Automotivo Campeão

Rua do Ouro, 911
Serra – BH
Fone:(31) 3223-5766

Pousada Encanto de Glaurd

Rua Ana de Sá, 305
Soares – Distrito de Glaura – Ouro Preto
Fone: (31) 9211-9825

Sonova do Brasil Produtos Audioológicos - Audium

Rua Castelo Branco, 552 A – Horto Ipatinga – MG
Fone: (31) 3824-8729;
(31) 3825-7002

Spa Equilíbrio

Av. Rio Acima, S/N
Chácara 10
Uberlândia – MG
Fone (34) 3214-9070

CRISE

“Nada há de tão ruim que não possa piorar”

DESEMBARGADOR TARCÍSIO
MARTINS COSTA*

Os últimos números da economia brasileira têm se revelado deprimentes. O Brasil, em 2014, deu uma breca forte no Produto Interno Bruto (PIB), que mede a produção e a renda de um país. Cresceu quase nada: apenas 0,1%, índice mais baixo desde 2009, quando se ressentiu da crise mundial de 2008. Em 2015, a produção de bens e serviços será ainda menor. Em 10 de abril, o FMI estimou uma queda de 1% para o PIB brasileiro. A recessão deve, assim, piorar. Segundo o IBGE, nos últimos doze meses, até fevereiro, somente o setor industrial enfrentou uma queda de produção de 9,1%, décima segunda taxa negativa, pouco inferior à retração de 10%, de julho de 2009. Somados, todos os anos do primeiro mandato do governo Dilma: 2,1%, o crescimento é o mais fraco desde o período Collor. Na América Latina, só ficaremos à frente da Venezuela, com um tombo monumental: taxa negativa de 7,1%.

Quanto à inflação oficial, em 2014, empatou com o limite máximo da



meta (6,5%). Em 2015, mesmo com a produção e a renda no chão, tendo em conta as previsões do mercado, seguramente vai estourar o teto da meta. Os preços deverão subir 7,9%, bem acima do limite máximo previsto pelo Banco Central. Já o IPCA de Belo Horizonte teve alta de 8,53% nos últimos 12 meses, bem superior à inflação do País no acumulado dos 12 meses. Em março, mais da metade do choque (inflationário) foi dado pela energia elétrica. Em Minas Gerais, a tarifa aumentou 23,61% somente em março.

Economia encolhida e inflação em alta provocaram, em fevereiro, a primeira queda rendimento do trabalhador em três anos. No mês em referência, a renda real do trabalhador (valor nominal corrigido dos efeitos da inflação) caiu 0,5%. Foi a primeira queda do indicador desde outubro de 2011, com perda de 0,3% (IBGE). Antes disso, apenas em 2005. Se comparado com janeiro/2015, o rendimento real caiu 1,4%. O trabalhador informal, ou 'por conta própria', foi o mais atingido. Para o economista Pedro Rossi, da Uni-

camp, o indicador é bastante sensível à atividade econômica. “E dada a rotatividade que temos no Brasil, que é alta, quando se repõe o funcionário, é por um salário menor”. A pesquisa aponta também que a taxa de desemprego de fevereiro fechou em 5,9%, o que significa uma piora em relação ao mesmo mês de 2014, que teve alta de 0,8%. Em relação a janeiro de 2012, a alta foi 0,6%. Ainda de acordo com o IBGE, os que mais pioraram são aqueles classificados como “outros setores” (alimentação, transportes de cargas e de passageiros e servi-

ços pessoais, como cabeleireiro e manicure). Já o total de pessoas empregadas com carteira assinada caiu, pela primeira vez, desde 2000.

A coroar o desastroso cenário econômico (recessão, inflação, queda da renda e desemprego), a corrupção sistêmica (Petrobrás, Carf da Receita Federal e demais setores apontados na mídia); emperramento das obras públicas por falta de condições técnicas, políticas e econômicas para concluir os leilões de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; juros estratosféricos, os maiores do mundo; crédito minguado; dívida pública nas nuvens; queda nas exportações; crise hídrica e elétrica; CPI do BNDES: pessimismo dos empreendedores e investidores e profunda crise política, com uma presidente acuada na Praça dos Três Poderes. Vale, pois, o velho ditado: nada há de tão ruim que não possa piorar. •

*O autor exerceu a magistratura por 32 anos, foi empresário e aluno do Institut d'Études du Développement Économique et Social - IEDES, da Universidade de Paris (Sorbonne)



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

INTERESSE PÚBLICO

Destaques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA

Fotos: Geórgia Bacvaroff

NOVO CPC

A presidente Dilma Rousseff sancionou, em 16 de março, o novo Código de Processo Civil, o CPC. O texto vai substituir a Lei 5.869/1973, que estava em vigor há 42 anos. Para saber mais sobre quais mudanças serão instituídas pelo novo código, o Via Justiça entrevistou o desembargador José Marcos Rodrigues Vieira, da 16ª Câmara Cível do TJMG. Junto com ele, o advogado Leonardo Faria Beraldo, integrante da comissão de estudos sobre a reforma do CPC na OAB/MG. (Foto)

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

O legislador-constituente reconheceu aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos lucidez e discernimento na tomada de decisões: pode votar, casar e ser emancipado. Por que não pode ser punido criminalmente? Para responder essas e outras perguntas acerca da maioridade penal, o Via Justiça recebeu a juíza Valéria Rodrigues, da Vara Infracional da Infância e Juventude de BH. Junto com ela, o sociólogo e professor, Luís Flávio Sapori.

DELAÇÃO PREMIADA

A desistência voluntária, o arrependimento eficaz e a atenuante de confissão não recompensam os réus? Com a premiação do delator, a lei não estaria “comprando” um criminoso a um preço caro? Em debate no Via Justiça, as questões éticas e morais envolvendo a prática da delação premiada. Participam do programa, o desembargador Doorgal Andrada, da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e o Defensor Público Wilson Hallak.

TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

Os deputados aprovaram o texto-base do projeto que permite a terceirização em qualquer atividade das empresas privadas. Atualmente, apenas os setores correspondentes a atividades-meio podem ser terceirizados. Para discutir quais serão os impactos da possível aprovação da mudança sobre empregados e empregadores, o Via Justiça entrevistou o desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, do TRT-MG, e o presidente da Comissão de Direitos Sociais e Trabalhistas da OAB/MG, João Carlos Gontijo Amorim. ●

ASSISTATV Assembleia
Sexta-Feira, às 23hTV Justiça
Sábado, às 15h30TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30**PENSAMENTO JURÍDICO****25 ANOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Em 2014, mais de 940 mil consumidores recorreram aos Procons para registrar reclamações. Mesmo com todos os avanços proporcionados pelo Código de Defesa do Consumidor, ainda é alta a carga judicial na área das relações de consumo. Para falar sobre os caminhos adotados pela justiça, reduzindo a cultura da judicialização, o Pensamento Jurídico entrevistou a juíza Cláudia Helena Batista, do Juizado Especial Cível de Relações de Consumo. (Foto)

FEMINICÍDIO

A ONU Mulheres estima que, entre 2004 e 2009, sessenta e seis mil mulheres foram assassinadas por ano simplesmente pelo fato de serem mulheres. No Brasil, entre 2000 e 2010, quarenta e três mil foram mulheres assassinadas, das quais, cerca de 40% em suas próprias casas. O chamado “Feminicídio” virou crime hediondo. Para responder quais as consequências dessa mudança e explicar as razões de tanto ódio, a juíza Marixa Fabiane Lopes, do Juizado Especial Cível de Belo Horizonte, concedeu entrevista.

IMIGRANTES NO BRASIL

A presença de estrangeiros no Brasil no mercado de trabalho cresceu mais de 50%, de 2011 a 2013, chegando a cerca de 120 mil trabalhadores formais. Como a legislação brasileira trata esses estrangeiros que escolheram o Brasil para viver e trabalhar? Para saber mais sobre essa e outras questões jurídicas envolvendo a presença de imigrantes no Brasil, o Pensamento Jurídico recebeu o professor de Direito Internacional da Faculdade Newton, Áquila Mazzinghy.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

No Brasil, 87% se dizem favoráveis à redução da Maioridade Penal de 18 para 16 anos. O tema divide opiniões de estudiosos, políticos e entidades da sociedade civil. Qual seria o impacto dessa mudança sobre a criminalidade? Quais as alternativas ao sistema vigente? Nosso convidado juiz Paulo Tristão Machado Junior, da 3ª Vara Criminal de Juiz de Fora responde essas e outras questões no Pensamento Jurídico, em edição especial, gravado em Juiz de Fora. ●

ASSISTATV Justiça
Sábado, às 18h30TV Comunitária
Sábado, às 22h

Comunicação da Amagis está na final de prêmio da AMB

Produzida pela Assessoria de Comunicação da Amagis, a matéria "A Constituição Cidadã completa 25 anos", publicada pelo jornal DECISÃO, foi selecionada pela comissão julgadora do X Prêmio AMB de Jornalismo e está entre as três finalistas da categoria "Assessoria de Imprensa".

A matéria faz uma análise da Constituição de 1988, abordando aspectos históricos e jurídicos e os desdobramentos do texto constitucional para a normalidade institucional no Brasil. A reportagem reúne entrevistas de juristas como o ministro Carlos Velloso, ex-presidente do STF, o desembargador do TJMG Kildare Carvalho e os advogados Ronaldo Brêtas, José Alfredo Baracho Júnior e Ives Gandra da Silva Martins.

Em duas páginas, o texto reserva uma curiosidade da história brasileira: a Constituição que durou apenas 24 horas, sendo decretada em 21 de abril de

Reprodução

12 Amagis 21
Decisão

REDEMOCRATIZAÇÃO

A Constituição Cidadã completa 25 anos

"Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude, que isso se cumpra!" No dia 5 de outubro de 1988, no Senado Federal, em Brasília, votaram às 15h50, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, levantava, sob aplausos, um exemplar original da nova Constituição Federal, que ele acabara de assinar, e dizia as palavras acima. Esse gesto representava o fim de um longo processo pela redemocratização, ao mesmo tempo, o começo de um trabalho de adequação da vida institucional do país à nova Constituição, que entrou para a história com a "Constituição Cidadã".

Passados 25 anos, é possível analisar com mais precisão o impacto da nova

Carta na sociedade brasileira. A reportagem do jornal DECISÃO conversou com diversos juristas sobre o tema e verificou-se um consenso geral de que o mais relevante na Constituição de 1988 foi o fato de ter sido um marco de transição para a democracia. Para o ministro Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (1999 a 2001), o caráter democrático é a principal virtude da Constituição de 1988. "É uma Constituição do seu tempo, que, para a sua feitura, concorreu toda a nação, todos os segmentos da sociedade, na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Ela estabelece, com nitidez, a separação dos poderes", ressalta Velloso. Essa característica também é destacada pelo desembargador Kildare Carvalho, do TJMG. "Por

essa falta de efetividade pode ser fruto, em parte, pelo que é apontado pelo professor Ronaldo Brêtas como um entre o hiato existente entre o povo e a Constituição. Para ele, é preciso criar um sentimento

constitucional na população, que seria quase como "chamado de um caso de amor com a Constituição". "Qualquer Constituição nunca será perfeita, mas, para que esses defeitos possam

ser feitos uma reforma do sistema federativo brasileiro. Segundo ele, isso pode contribuir para maior desempenho dos Estados e Municípios na construção de alternativas para o desenvolvimento de suas potencialidades e, com isso, viabilizar a implementação descentralizada de políticas sociais e ambientais. As emendas provisórias são outro aspecto controverso da Constituição de 1988. Instrumentos característicos dos sistemas parlamentaristas de governo, elas foram mantidas no texto constitucional, mesmo ficando aprovadas pelo sistema presidencialista nas votações

fundamentais, o texto promulgado em 1988 é um marco em nosso constitucionalismo democrático." — Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho.

ser contornados e para que a Carta Magna possa ser eficaz, é preciso que o povo — e quando digo povo estou me referindo a governantes e governados — tenha um

sentimento constitucional concreto. Um espírito cívico-político que todo devem ter, no sentido de zelar pelo cumprimento da Constituição", afirma Brêtas. Para impedir esse sentimento na população, Ronaldo Brêtas sugere que seja introduzida nos currículos escolares, dos ensinos fundamental e médio, uma disciplina que poderia ser chamada de "estudos constitucionais" ou de "direitos fundamentais e cidadania", para que os jovens aprendam a valorizar a importância da Constituição.

PROBLEMAS O advogado Ives Gandra da Silva Martins aponta como um dos principais problemas da Constituição a formatação da federação. O custo político da federação, que gera uma carga tributária cíclica e de difícil reversão é o que está travando o desen-

volvimento do país. Três Estados e 6.600 municípios criados após 1988, com alargamento dos Ministérios e estruturas burocráticas afogam o Brasil", diz Gandra. O desembargador Kildare Carvalho aponta como uma das mudanças que ainda deveriam

ser feitas uma reforma do sistema federativo brasileiro. Segundo ele, isso pode contribuir para maior desempenho dos Estados e Municípios na construção de alternativas para o desenvolvimento de suas potencialidades e, com isso, viabilizar a implementação descentralizada de políticas sociais e ambientais. As emendas provisórias são outro aspecto controverso da Constituição de 1988. Instrumentos característicos dos sistemas parlamentaristas de governo, elas foram mantidas no texto constitucional, mesmo ficando aprovadas pelo sistema presidencialista nas votações

finalis. Para o advogado José Alfredo Baracho de Oliveira Júnior, pode ser interessante a criação de um instrumento legislativo ao Poder Executivo, mas deveria haver um controle mais agudo dessa medida por parte do Legislativo. "Isso daria um controle político na adição de medidas provisórias, o que no Brasil não existe, e que o levou a diversos excessos", afirma Baracho Júnior.

CONSTITUINTE A opinião dos juristas também converge quando o assunto são as reformas constitucionais. Eles acreditam que são necessárias diversas mudanças, como, por exemplo, a reforma política, recentemente levantada pelo Governo Federal como resposta às manifestações populares. A proposta, porém, era de que fosse feita uma constituinte exclusiva para a reforma, o que não é considerado adequado pelo desembargador Kildare Carvalho. "Penso que o modo de reformar a Constituição se acha previsto no seu art. 60, que trata do processo de emenda, com a definição dos titulares da iniciativa de pro-

posta de emenda, dos limites procedimentais e matérias. A formação de uma Constituinte exclusiva, com o objetivo de se promover uma reforma política, cujos modelos são em grande número, não me parece justificável", argumenta o magistrado.

Para o professor Ronaldo Brêtas, a reforma política exigirá mais leis ordinárias. "Para que se possa dar constitucionalidade, é preciso algumas alterações na Constituição. Contudo, não há necessidade de uma nova constituinte para isso", pondera Brêtas.

Na avaliação do ministro Carlos Velloso, as manifestações, a população não pediu reforma de práticas governamentais, onde a corrupção está presente. "Sob o ponto de vista da teoria geral do Direito Constitucional, falar em constituinte exclusiva é um disparate, não passa de uma meio para conquista do poder, ou sua perpetuação e a implantação de governos populistas", alerta Velloso. ■

Em 1821, enquanto havia trabalhos de elaboração de uma Constituição nas Cortes portuguesas, em Lisboa, D. João VI enfrentava, no Brasil, uma onda de manifestações com forte agitação popular. Isso levou-o a assinar o Decreto de 21 de abril de 1821, determinando que a Constituição espanhola de 1812 (Constituição de Cádiz) fosse estirpa e literalmente observada no Brasil até que fossem finalizados os trabalhos constituintes em Portugal (que terminariam somente em 1824).

Contudo, no dia seguinte, em 22 de abril de 1821, quando já cessadas as manifestações, D. João VI assinou outro decreto, revogando o anterior, tendo esta Constituição, portanto, vigorado por meras 24 horas. ■

Ficou registrado na historiografia tradicional do Brasil que já foram sete as Constituições de nosso país, uma o Império (1824) e outras seis na República (1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988). Uma foram mais duradouras e outras, menos. Mas uma delas não costuma constar na maioria dos trabalhos ou listas sobre as Constituições brasileiras. A explicação para essa ausência talvez resida no fato de que tenham transcorrido apenas 24 horas entre sua promulgação e sua revogação.

O juiz Jaques Morais de Azevedo, da Vara Criminal de Nova Lima, descobriu a história do decreto da Constituição de 1821 em aula na Universidade de Lisboa, em estudos para seu curso de mestrado, em 2008. Após uma extensa pesquisa, porém, o magistrado encontrou referência sobre essa Constituição apenas na obra "O constitucionalismo espanhol e seu influxo no Brasil: de Cádiz a Montevideo", do professor Paulo Bonavides.

Em 1821, enquanto havia trabalhos de elaboração de uma Constituição nas Cortes portuguesas, em Lisboa, D. João VI enfrentava, no Brasil, uma onda de manifestações com forte agitação popular. Isso levou-o a assinar o Decreto de 21 de abril de 1821, determinando que a Constituição espanhola de 1812 (Constituição de Cádiz) fosse estirpa e literalmente observada no Brasil até que fossem finalizados os trabalhos constituintes em Portugal (que terminariam somente em 1824).

Contudo, no dia seguinte, em 22 de abril de 1821, quando já cessadas as manifestações, D. João VI assinou outro decreto, revogando o anterior, tendo esta Constituição, portanto, vigorado por meras 24 horas. ■

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim; divergir, sim; descumprir, jamais; afrontá-la, nunca!" — Deputado Ulysses Guimarães — Presidente da Constituinte.

Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte

Ministro Carlos Velloso, ex-presidente do STF

Des. Kildare Carvalho, especialista em Direito Constitucional

Des. Kildare Carvalho, especialista em Direito Constitucional

ESPECIAL

13 Amagis 21
Decisão

REDEMOCRATIZAÇÃO

13 Amagis 21
Decisão

ESPECIAL

13 Amagis 21
Decisão

REDEMOCRATIZAÇÃO

13 Amagis 21
Decisão

Amagis participará do Conbrascom

Geórgia Baçaroff



Vanderlei Lima, Herbert Carneiro e Bruno Costa

O presidente do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, Vanderlei Luiz Ricken, esteve no dia 8 de março, na sede da Amagis, para convidar o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, a participar da abertura

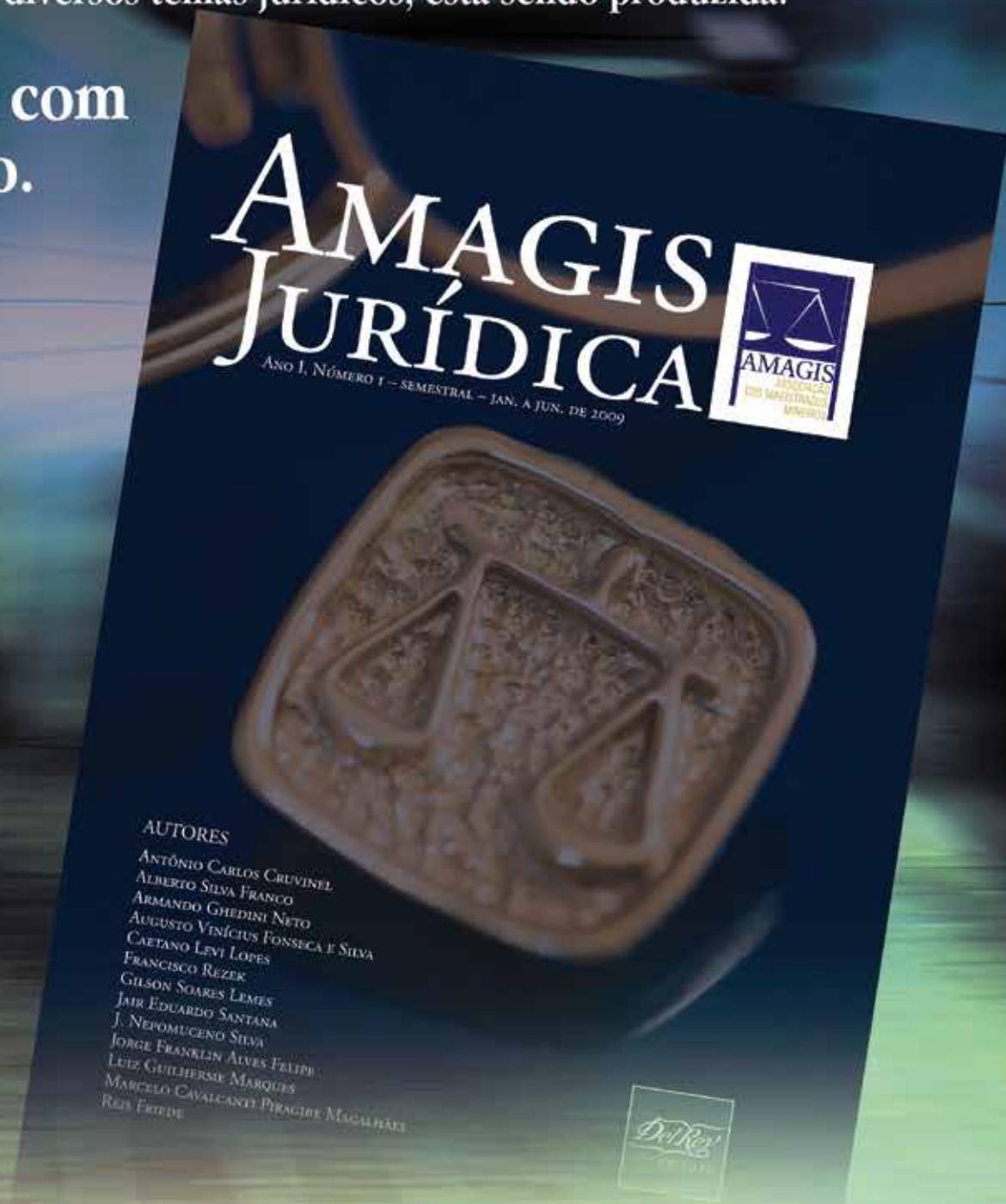
do XI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), que será realizado em Belo Horizonte, nos dias 18 e 19 de junho deste ano, no TJMG. O tema do congresso é a "Comunicação Pública: Gestão e Pers-

pectivas no Sistema de Justiça". O objetivo do fórum é fomentar uma política de comunicação voltada para o esclarecimento do cidadão. Participou do encontro, o assessor de Comunicação Institucional do TJMG, Bruno Costa. ■

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com
seu artigo.



Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br

PALÁCIO DAS ARTES

Fundação Clóvis Salgado oferece formação artística

Paulo Lacerda /FCS

A Fundação Clóvis Salgado promove, até o mês de julho, diversos cursos de formação artística e cultural, ministrados por professores do Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado (Cefar) e profissionais convidados, com o objetivo de formar e atualizar o conhecimento de estudantes e profissionais nas diversas áreas, em música, dança, teatro, cinema, literatura.

Aberto para jovens e adultos, o “Curso Ícones da Música Ocidental – Séculos XIX e XX”, ministrado pelo maestro Andersen Viana, faz múltiplas análises de grandes obras musicais e ícones da música dos séculos XIX e XX. Foram disponibilizadas 40 vagas, e as inscrições podem ser feitas do dia 6 de abril a 5 de maio. O curso será realizado nas terças e quintas-feiras, entre os dias 12 de maio e 30 de junho, de 19h às 21h40.

O curso tem como objetivo proporcionar análises múltiplas de grandes obras musicais



Os cursos serão realizados no Palácio da Artes

e ícones da música dos séculos XIX e XX, como a Quinta Sinfonia (L.V. Beethoven), Carmem (Georges Bizet), I Pagliacci (Ruggero Leoncavallo), O Fantasma da Ópera e JesusChrist-Super Star (Andrew Lloyd Webber), Les Misérables (Claude-Michel Schönberg e Alain Bubil), Carmina Burana (Carl Orff), entre outras. Ao final do curso,

cada participante deverá escolher e produzir um ensaio sobre uma das obras analisadas.

Para o público infantil, foram preparadas atividades sobre a sétima arte como Cine-minha, com recreação e breve apresentação da história do cinema e exibição de filme(s); Cineminha Especial, com explanação sobre o olho humano e a for-

mação da imagem no seu interior, exibição de curtas-metragens e oficina de jogos óticos.

As atividades são gratuitas ou têm custo simbólico. Os interessados em participar devem enviar e-mail para extensao@fcs.mg.gov.br, com nome do curso pretendido, nome completo, carteira de identidade, número de telefone, área

de atuação, breve texto com justificativa do interesse pelo curso e currículo de no máximo 400 caracteres.

O agendamento para participar desses cursos deve ser feito exclusivamente por telefone (31) 3236-7322 ou (31) 3236-7389, de segunda a sexta-feira, de 9h às 18h, e são realizados de acordo com a capacidade dos espaços. ●

PROGRAME-SE



ÍCONES DA MÚSICA OCIDENTAL SÉCULOS XIX E XX

Local: Sala de Vídeos
Ministrante: Maestro Andersen Viana
Público: Jovens e Adultos
Datas: 12 de maio a 30 de junho
Horários: 19h às 21h40
Vagas: 40



CINEMINHA

Local: Jardins Internos e Cine Humberto Mauro
Datas: 27 e 29 de abril; 4, 6, 8, 11, 20 e 22 e maio; 10, 15, 19, 24 e 26 de junho
Horários: 8h15 às 10h30 ou 14h às 16h15
Faixa etária: 5 a 9 anos
Vagas: 130 por sessão



ENCONTRO COM A CIA DANÇA PALÁCIO DAS ARTES

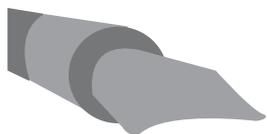
Local: Sala Klauss Vianna (4º andar)
Datas: 10 de abril; 15 de maio; 12 de junho e 2 de julho
Horário: 15h às 16h30
Faixa etária: a partir de 8 anos
Vagas: 70 por encontro



CINEMINHA ESPECIAL

Datas: 25 e 29 de maio; 19 de junho; 3 e 6 de julho
Horário: 8h15 às 10h30 e 14h às 16h15
Faixa etária: 8 a 11 anos
Vagas: 100 por sessão
Informações para o público:
(31) 3236-7322 ou (31) 3236-7389

(Desembargador José Amâncio de Souza Filho)



Renovação

O mundo vai renovando
A sua população
Os novos já vêm chegando
Os velhos logo se vão

Do meu pai chegou a vez
Estou aguardando a hora
Pra eu também deixar vocês...

A vida terrena é breve
Não nos dá tempo pra nada
Antes que a morte leve

Eu cumprirei a empreitada
- Trabalhando em prol do bem
De uma maneira abnegada.

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!



Dictum
instituto de gestão e perícia

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS**

Rua Raimundo Correa, 52 - sala 02 - São Pedro - CEP 30330-090
Belo Horizonte/MG | dictum@dictuminstituto.com.br | 31 3282-5374

VOCÊ JÁ CUIDOU DE SUA SAÚDE OCULAR?



A Biovisão é um centro de oftalmologia qualificado com selo de Acreditação ONA nível 3 - Excelência. Nosso corpo clínico alia competência profissional à tecnologia de ponta para garantir serviços de qualidade com atendimento humanizado e diagnóstico preciso.

Dispomos de estrutura para realização de consultas, exames e cirurgias com todo conforto e segurança necessários para o cuidado com a saúde de seus olhos.

ESTAMOS AQUI PARA QUE VOCÊ VEJA UM MUNDO MELHOR

Dr. Renato Laender
Diretor Técnico Médico
CRM-MG 6197

Av. Francisco Sales, 1.420 - 2º andar - Sta. Efigênia - Belo Horizonte - MG
AGENDAMENTOS: 4020 8002 - biovisao.com.br

EXECUÇÃO PENAL

Superlotação carcerária: soltar é a solução?

JUIZ EDUARDO
FERREIRA COSTA

Tramita no Senado o projeto de lei n.º 513, de 2013, que possui as nobres intenções de, substituindo a atual Lei de Execuções Penais, erradicar a superlotação carcerária e garantir que os condenados cumpram suas penas de forma mais digna e eficaz, evitando atrasos na soltura e na concessão de benefícios aos detentos.

No entanto, deve-se ponderar se as intenções declaradas resultarão nos efeitos pretendidos, já que a atual Lei de Execuções Penais, vigente desde 1984, possui dispositivos condizentes com um cumprimento de pena digno e eficaz, voltado à ressocialização do condenado, embora o descumprimento de suas normas pelo próprio Estado impeça o atingimento de tais finalidades.

Nesse contexto, e para se destacar apenas um ponto do projeto de lei, tem-se como novo direito do preso a progressão antecipada de regime quando estiver em presídio superlotado. Portanto, ultrapassada a capacidade máxima do estabelecimento prisional, o detento poderá alcançar um regime prisional mais brando, mesmo que não tenha cumprido o tempo de pena estabelecido em lei.

Como é conhecida a superlotação de grande parte de nossos presídios, não é preciso es-

Esmar Filho/CN



forço para se concluir que o direito em questão será amplamente utilizado.

Se, por um lado, argumenta-se que a progressão antecipada corrige a lastimável prática de manutenção de presos em condições desumanas, amontoados em presídios superlotados; por outro lado, pode-se dizer que o mesmo direito esconde um dever estatal nunca cumprido de forma eficaz: o de realizar a construção de locais (cadeias, casas de albergado, colônias penais agrícolas e industriais, presídios etc.) aptos ao recebimento dos condenados.

Portanto, o problema, como muitas vezes acontece no Brasil, não será resolvido como se deve, mas sim com uma lei: “decreta-se” o fim da superlotação por meio da soltura de presos, o que ocorrerá, por exemplo, nos casos de presos em regime semiaberto, que serão

beneficiados antecipadamente com o regime aberto, cujo cumprimento ocorre na forma de recolhimento domiciliar, ou seja, em casa.

Será, com certeza, o fim da superlotação, mas não o fim dos reais problemas: o aumento crescente da criminalidade, a ineficácia do sistema prisional para a ressocialização do condenado e a consequente reincidência.

Na verdade, outro problema será acrescentado aos já existentes: o tratamento desigual entre condenados que se encontram na mesma situação, mas que cumpram penas em locais diferentes.

Assim, melhor será praticar crimes e ser condenado a cumprir penas em grandes centros urbanos, nos quais a superlotação dos presídios é maior e, assim, ser beneficiado com essa superlotação, alcançando a progressão antecipada de regime, do que praticar crimes

e cumprir penas em cidades ou regiões que contem com estabelecimentos penais sem superlotação ou com menor número de detentos acima do limite máximo previsto, já que nesses últimos a possibilidade de qualquer antecipação de benefícios será reduzida.

Não é difícil deduzir que um círculo vicioso será criado: o crescimento da criminalidade em uma determinada região desaguará em maior número de prisões que, por sua vez, redundará em superlotação carcerária que, por fim, imporá a concessão de benefícios antecipados aos presos, que retornarão mais cedo ao convívio social, muitas vezes sem as condições necessárias para abandonar as práticas anteriores que os levaram ao crime, o que estimulará a reincidência e, com isso, novo ciclo dos mesmos problemas.

É sabido que a sanção penal, especialmente a pena de prisão, possui, dentre outras, as finalidades de evitar o cometimento de novos delitos e de, quando já cometido o crime, buscar a reeducação do condenado, evitando a reincidência.

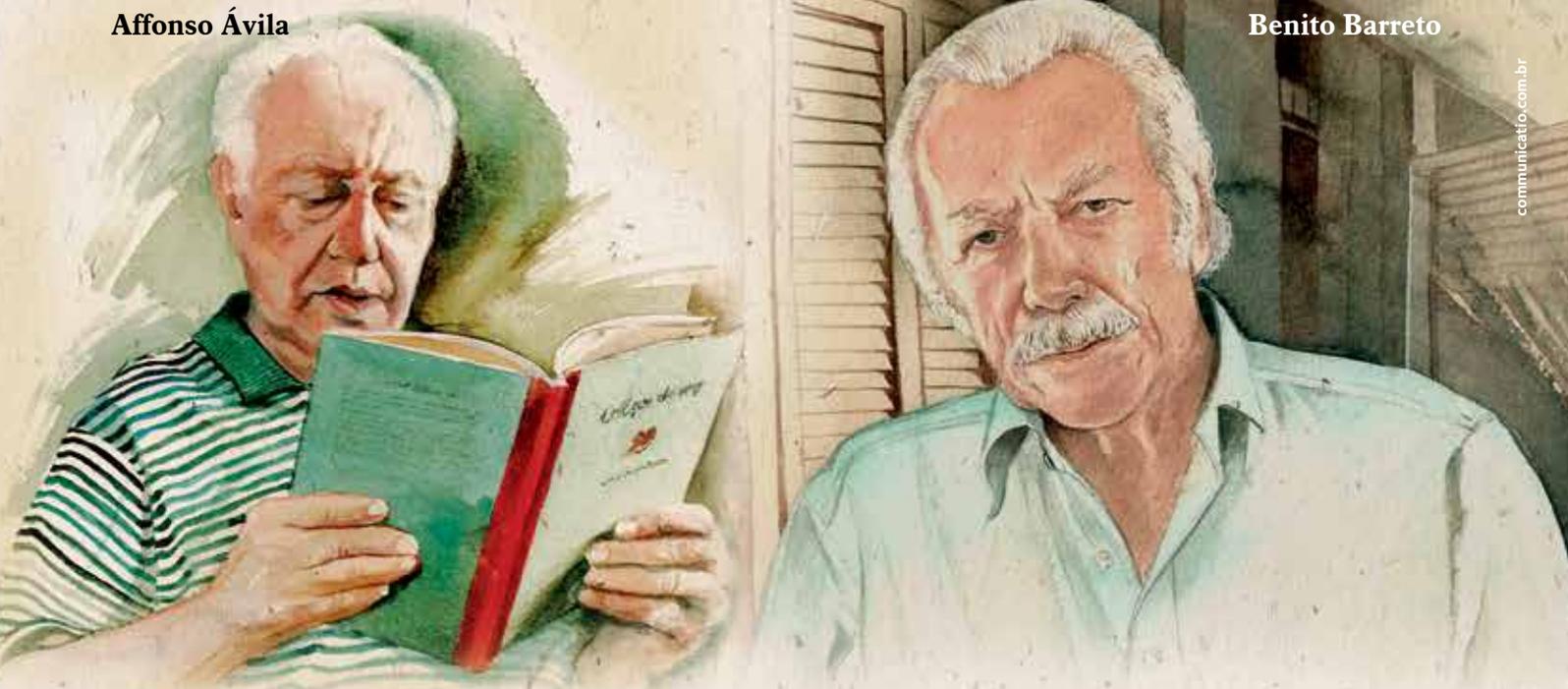
Dessa forma, pode-se concluir que a simples concessão de benefícios antecipados àqueles presos que se encontram em presídios superlotados enfraquece essas duas finalidades, na medida em que amplia a sensação de impunidade e impede a atuação de mecanismos de reeducação do condenado, pois, independentemente de seu comportamento no curso da pena ou da natureza do seu crime, poderá ele ser posto em regime prisional mais brando ou mesmo em liberdade.

Com isso, teremos o fim – artificial – da superlotação dos presídios, mas o agravamento das causas diretas dessa superlotação: a ineficiência do Estado em administrar adequadamente o sistema prisional, o descrédito com a pena de prisão, o descaso com a ressocialização do condenado e o aumento da criminalidade.●

Eduardo Ferreira Costa é Juiz de Direito, titular da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brasília de Minas, integra Comissão de Estudos da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS).

Affonso Ávila

Benito Barreto



comunicatio.com.br

Estes autores já publicaram na

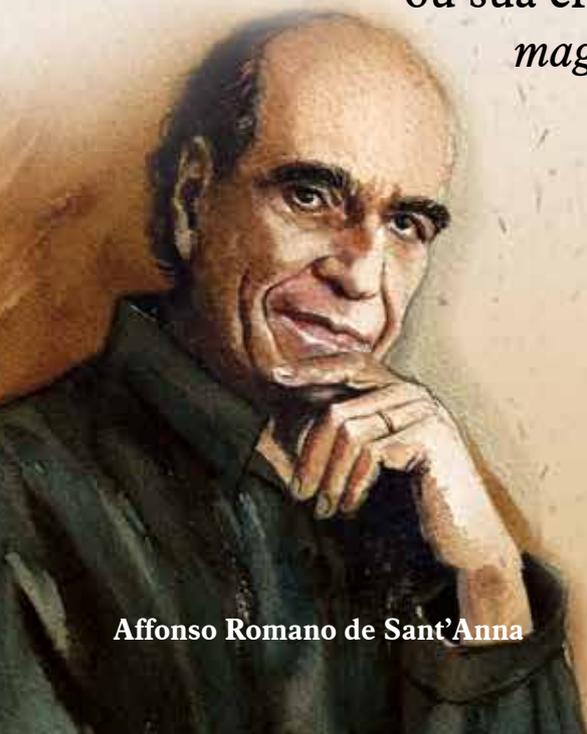
MagisCultura
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e
desembargadores mineiros.**

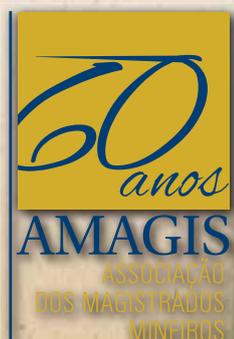
Agora falta você também publicar!

Mande seu conto, seu poema, seu artigo
ou sua crônica para a próxima edição.

magiscultura@amagis.com.br



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

DIA INTERNACIONAL

Maio é o mês da luta pela saúde da mulher

Shutterstock



No dia 28 de maio, é realizado o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher. Atualmente, de acordo com dados do IBGE, as mulheres representam 51,2% da população brasileira. Com o aumento da expectativa de vida, a tendência é de que esse percentual seja ainda maior com o passar dos anos, tornando a conscientização sobre a saúde feminina cada dia mais importante.

Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de um bilhão de mulheres terão entre 40 a 65 anos até 2030. Nesta fase da vida, são necessários os primeiros cuidados com os níveis de hormônio no corpo, já que por volta dos 45 anos tem início a menopausa, causando mudanças comportamentais e no organismo feminino.

Entre os sintomas da menopausa, estão ondas de calor, ciclos menstruais irregulares, problemas urogenitais, mudanças na pele, nos cabelos e unhas que ficam mais quebradiços, perda óssea, risco de aumento das doenças cardiovasculares, irritabilidade, ansiedade, insônia e depressão.

Para enfrentar a menopausa, pode ser feito o tratamento com a reposição hormonal que alivia os sintomas físicos e psíquicos, e ainda pode ser útil na prevenção à osteoporose. Entretanto, contraindicações como trombose, doenças cardiovasculares, câncer de mama e de endométrio, distúrbios hepáticos e sangramento vaginal de origem.

Apesar de importante, a maturidade não é

Cuidados com a saúde dão qualidade de vida

a única fase da vida da mulher na qual os cuidados com a saúde são indispensáveis. A partir dos 18 anos, por exemplo, pode ser realizado o exame de Papanicolau para prevenir o câncer do colo de útero, terceiro tumor mais comum entre as brasileiras. A prevenção contra o câncer de mama é outra medida que pode ser feita antes mesmo dos 35 anos, com o autoexame e em consultas médicas, uma vez que o diagnóstico na fase inicial aumenta consideravelmente as chances de cura.

Para todos esses males, recomenda-se sempre uma alimentação saudável, atividades físicas, evitar fumar e consumir álcool. O Amagis Saúde oferece aos seus usuários o apoio do programa 'Amor à Vida', integrado por um cardiologista, nutricionista, endocrinologista e geriatra; e ainda oferece atividades físicas no Parque Esportivo da Associação, orientadas por um fisioterapeuta. Para mais informações, o interessado pode ligar para (31) 3079-3472 ou (31) 3079-3451. ●

DOENÇAS QUE AFETAM A SAÚDE DA MULHER

CÂNCER DE MAMA

Principal doença que causa a morte de mulheres entre 35 e 54 anos em todo o mundo, com 22% de novos casos a cada ano. O sintoma mais comum do câncer é o nódulo no seio, acompanhado ou não de dor. É preciso ficar alerta a sintomas como secreção no mamilo, alterações na pele que recobre a mama e caroço na axila. O autoexame não deve ser substituído pela mamografia.

ENDOMETRIOSE

A endometriose é o acúmulo de sangue menstrual no abdômen, podendo ficar também no pulmão, pleura e sistema nervoso central. A doença é responsável por 40% dos casos de infertilidade no Brasil. Alguns sintomas são cólica menstrual muito forte, sangramento intenso durante a menstruação, dor durante a relação sexual

e dificuldade para engravidar.

FIBROMIALGIA

Mais comum em mulheres entre 30 a 55 anos, a síndrome de fibromialgia causa dores por todo o corpo por longos períodos, fadiga, indisposição, distúrbio do sono, dores de cabeça e problemas de memória. Sua principal característica é a sensibilidade ao toque e à compressão de pontos no corpo.

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO

Os principais sintomas são sangramento vaginal, corrimento e dor. A principal causa é a infecção por alguns tipos de vírus chamados de HPV - Papiloma Vírus Humano. Fatores como o início precoce da atividade sexual, a diversidade de parceiros, o fumo e a má higiene íntima podem facilitar a infecção. A melhor maneira de se prevenir é fazendo o exame Papanicolau.

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juzias Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bacvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

CAPACITAÇÃO

Amagis Saúde participa de curso sobre rede credenciada

Para atender às novas exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a partir da promulgação da Lei 13.003/14, que normatiza os contratos entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços, a coordenadora do Amagis Saúde, Marina Shizuko, e a responsável pelos contratos de credenciamentos, Elaine Werkema, participaram, no dia 10 de abril, em Belo Horizonte, do curso sobre a nova legislação, promovida pela União Nacional de Auto Gestão em Saúde (Unidas).

Ministrado pelo advogado José Luiz Toro da Silva, o curso abordou os princípios

básicos que norteiam a Lei 13.003, normas, fiscalização e sanções através do contrato, os normativos vigentes na relação entre as operadoras de planos privados e os prestadores de serviços e as regras para a celebração de contratos entre as operadoras de planos de saúde e dos prestadores de serviços de atenção à saúde.

Uma das novidades trazidas com a nova legislação são regras para a substituição de prestadores de serviços à saúde não hospitalares. Nesse ponto, foram observados os critérios de equivalência entre estabelecimentos de saúde não hospitalares e profissionais de



Curso abordou nova legislação da Agência Nacional de Saúde

saúde que atuam em consultório isolado, as exceções e as formas de comunicação das substituições aos usuários do plano.

Atualmente, o Amagis Saúde possui

uma rede credenciada composta por aproximadamente 2 mil prestadores de serviço em toda a Minas Gerais. A relação de médicos, hospitais e clínicas está disponível no site

amagis.com.br; novos credenciamentos são divulgados no jornal da Amagis Saúde (veja o quadro abaixo), publicado também como um suplemento do jornal Decisão. ●

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Araxá	Fonoaudiologia	Clínica Persona	Rua Maria Rita de Aguiar, 18, Centro	(34) 3661-5113
Belo Horizonte	Dermatologia, Ortopedia e Reumatologia	Clínica Santhè	Rua Bernardo Guimarães, 2717, Conj. 602, Lourdes	(31) 3281-9908
	Oftalmologia	Oftalmoclínica Laser	Avenida Brasil, 1312, Sala 1104 Funcionários	(31) 3214-3033
	Psicologia	Maria Aparecida Duarte Becattini	Rua Tomé de Souza, 860, Sala 705, Funcionários	(31) 3261-3172
	Psicologia	Priscila Barros Gomes Nunes	Alameda do Ipê Branco, 750, São Luis	(31) 8783-0899
Passos	Pediatria	Cristina Grintaci Pereira Bertolini	Rua José Merchioratto, 174, Sala 206, Santa Casa	(35) 3529-3703